



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DA PRESIDÊNCIA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO Nº 05/2022
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. INTRODUÇÃO

Trata-se de auditoria que tem como objeto a análise das demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Janeiro referentes aos seis últimos exercícios, a qual foi realizada contemplando, mediante análise comparativa, os três últimos anos eleitorais (2016, 2018 e 2020) e os três últimos anos não eleitorais (2017, 2019 e 2021).

A auditoria em questão encontra-se prevista no item 6 do Anexo I, do Plano Anual de Auditoria de 2022 (PAA 2022).

Os temas incluídos no plano de auditoria 2022 foram propostos e apresentados, em reunião, por esta unidade de auditoria interna aos representantes da Diretoria-Geral e da Presidência do Tribunal. O objeto em questão foi incluído com o propósito de prover a administração de uma visão gerencial e histórica acerca da situação orçamentária, financeira e patrimonial. Além disso, as informações geradas por essa análise, por meio da aplicação e cálculo de indicadores, são importantes instrumentos para apresentar aos gestores e à sociedade em geral os resultados auferidos num determinado período.

I.1. VISÃO GERAL

O arquetipo da contabilidade pública foi basicamente construído com base na Lei nº 4.320/64, que determina normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, tendo havido modernização em alguns aspectos apenas com a edição da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) -, que estabeleceu para toda a Administração Pública, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal.

A despeito dessas normas ainda estarem em vigor, a contabilidade pública vem passando por grande mudança, promovida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) visando ao atendimento dos padrões internacionais de contabilidade, conforme determinação contida na Portaria MF nº 184/2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A referida Portaria estabeleceu o compromisso da Secretaria do Tesouro Nacional de convergir a contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais, por meio das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

A partir de então, normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público têm sido editadas e atualizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e têm norteado a condução da conversão gradativa dos demonstrativos contábeis aos padrões internacionais.

Constata-se que as novas instruções buscam aperfeiçoar os demonstrativos contábeis, incluindo as notas explicativas e eventuais análises, para que estes contenham, em sua estrutura, informações e dados de toda organização de forma completa e fidedigna, consolidada e direta, para que possam ser parte do processo de tomada de decisão.

Feitas estas breves colocações, é possível dizer que as mudanças buscam, em essência, a geração de informações contábeis completas e confiáveis que auxiliem na tomada de decisão por meio da compreensão da entidade, seu negócio, suas transações, visando não só à redução de custos e à adoção de processos sustentáveis, mas, principalmente, ao crescimento da organização por meio de investimentos planejados.

Porém, reconhece-se que gerar informações para a tomada de decisão não é algo simples, haja vista os diversos setores que compõem uma organização.

Dessa forma, a análise realizada neste trabalho trouxe a compreensão, talvez não completa, pelas limitações descritas no Título I.5 – Limitações da Auditoria, mas ao menos parcial de como os demonstrativos contábeis podem contribuir para o processo decisório de uma organização.

Outro ponto importante a destacar são as recentes mudanças exigidas pelo Tribunal de Contas da União de suas unidades jurisdicionadas, introduzidas pela IN TCU 84/2020, em relação a tomada e prestação de

contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, em destaque a auditoria financeira integrada com conformidade a ser realizada anualmente nas contas dos órgãos jurisdicionados, que tem por finalidade assegurar que as prestações de contas expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis. Percebe-se, dessa forma, a preocupação e o alinhamento do TCU em impulsionar o aprimoramento, nos órgãos públicos, do planejamento, execução, controle e transparência da gestão financeira, patrimonial e orçamentária, assim como a confiabilidade dos demonstrativos contábeis.

Considerando que transparência e *accountability* são princípios de Governança, conforme Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, e que as informações geradas pela gestão financeira, patrimonial e orçamentária são fontes essenciais para atendimento desses princípios, constata-se a importância da elaboração de demonstrações contábeis fidedignas no contexto organizacional, pela sua visão e alcance geral.

Por fim, cabe esclarecer que o objetivo deste trabalho, em essência, é a análise da série histórica dos demonstrativos contábeis, não sob o aspecto de assecuração de sua conformidade propriamente, a despeito do impacto da qualidade dos registros contábeis no resultado geral. Sendo assim, as propostas de melhoria formuladas visam a aprimorar procedimentos adotados, objetivando a qualidade das informações contábeis geradas para a tomada de decisão, assim como, a qualidade da prestação de contas (*accountability*).

I.2. OBJETOS E OBJETIVOS DA AUDITORIA

Foram objetos da auditoria as demonstrações contábeis dos seis últimos exercícios financeiros, consistindo nos seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Financeiro; Balanço Orçamentário; e Notas Explicativas.

Tendo em vista a natureza sazonal da atividade eleitoral do TRE-RJ, que se encontra refletida nos demonstrativos contábeis, a análise das demonstrações contábeis foi estratificada em anos eleitorais (2016, 2018 e 2020) e anos não eleitorais (2017, 2019 e 2021).

A presente auditoria tem como objetivo:

- Entender a composição dos demonstrativos financeiros e suas principais contas;
- Identificar padrões de comportamento nas atividades administrativas desempenhadas no TRE-RJ - considerando a sazonalidade das atividades do Tribunal, em razão das eleições - refletidos nas demonstrações financeiras;
- Obter informações sobre desempenho patrimonial, orçamentário e financeiro;
- Avaliar possibilidades de mudanças de cenários e seus possíveis impactos; e
- Gerar informações que possam subsidiar a tomada de decisão pelos gestores.

Como objetivo estratégico, a auditoria visa à promoção do aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira do Tribunal, buscando alinhamento com objetivo OE 11 – “Aprimorar a gestão orçamentária e financeira” - estabelecido no Plano Estratégico do TRE-RJ referente ao período de 2021 a 2026.

Como objetivo geral, a análise financeira das demonstrações contábeis visa ao fornecimento de informações relevantes, de forma mais clara e efetiva, a diversos usuários que possuem interesse em conhecer as atividades, o negócio e o desempenho do órgão, as quais não estão facilmente acessíveis através dos demonstrativos contábeis publicados.

I.3. CRITÉRIOS DE AUDITORIA

Na realização do trabalho de auditoria foram observados os seguintes normativos:

- Lei 4320/64;
- Lei Complementar 101/2000;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

I.4. METODOLOGIA

A metodologia de análise das demonstrações contábeis consistiu em três etapas:

- Procedimentos preliminares;
- Aplicação das técnicas de análise; e
- Interpretação das análises.

a) Procedimentos Preliminares

A fim de subsidiar a análise das demonstrações contábeis, foram realizados os seguintes procedimentos preliminares:

- Participação da equipe de auditoria no curso Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, ministrado pelo instituto FECAP;

- Conhecimento da entidade e suas particularidades;
- Definição da dimensão temporal e da estratificação da série histórica a ser analisada;
- Realização da coleta de dados no SIAFI, através da extração das demonstrações contábeis do TRE-RJ, referentes aos seis últimos exercícios;
- Definição da base de cálculo – tendo sido definido o ano de 2016 como base para aplicação dos índices inflacionários;
- Definição e aplicação do índice inflacionário IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, para conversão dos dados contábeis à mesma base;
- Levantamento de informações, procedimentos analíticos e indicadores aplicáveis ao setor público passíveis de serem utilizados na referida análise.

b) Aplicação das Técnicas de Análise

A análise das demonstrações contábeis consistiu no emprego de técnicas de decomposição e interpretação analítica de dados nelas presentes e por meio de indicadores aplicáveis ao setor público, com o objetivo de diagnosticar a situação e o desempenho econômico, financeiro e orçamentário da administração, visando a oferecer aos gestores informações úteis, como subsídios a tomadas de decisão, e informações relevantes aos demais interessados e à sociedade em geral.

Assim, os exames aplicados consistiram na realização de procedimentos de análises vertical e horizontal e cálculo de indicadores aplicáveis ao setor público apropriados às atividades do TRE-RJ.

Acerca dos procedimentos, estes podem ser assim descritos:

- **Análise Vertical:** avalia a representatividade das contas, por meio da análise entre contas de um mesmo demonstrativo;
- **Análise Horizontal:** compara os saldos das mesmas contas em diferentes anos, expurgando os efeitos da inflação do período sobre os saldos das contas analisadas, trazendo, dessa forma, todos os valores para a mesma base;
- **Análise de Indicadores:** ocorre na combinação, por métricas matemáticas, de elementos das demonstrações.

As análises descritas foram realizadas em cada demonstrativo contábil objeto da auditoria, considerando as séries históricas dos últimos três anos eleitorais e dos últimos três anos não eleitorais. Em sequência, foram aplicados os indicadores relacionados a cada demonstrativo, para posterior análise comparativa entre contas e entre os exercícios financeiros.

Ao longo da execução, foi também aplicado questionário à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), visando à verificação de possível indicador semelhante aos utilizados nesta auditoria, e entrevista com aquela Secretaria, visando dirimir dúvidas acerca de formalizações e registros de valores contábeis e orçamentários.

c) Interpretação das Análises

A interpretação das análises é o momento de interligar as técnicas de análise utilizadas com o conhecimento sobre a entidade, suas atividades e cenários internos e externos. Os indicadores calculados, assim como as demais análises realizadas, devem refletir os esforços da Administração para alcançar seus objetivos e a interpretação das análises deve ser capaz de proporcionar esse entendimento, explicando as variações ocorridas e a situação econômica, financeira e orçamentária da entidade.

I.5. LIMITAÇÕES DA AUDITORIA

- Não existência de benchmarks com a finalidade de servir de referência para comparações com entidades de segmentos comparáveis.
- Ausência de metas ou diretrizes preestabelecidas para avaliação dos indicadores financeiros, orçamentários e patrimoniais aplicáveis ao setor público, com tendências regionais e por segmentos.
- O processo gradativo de convergência dos demonstrativos contábeis às IPSAS, através do atendimento às NBC TSP, o que faz com que demonstrativos de exercícios diferentes reflitam distintos graus de implementação das normas contábeis internacionais, ocasionando dificuldades na realização de comparações.
- Ausência de Notas Explicativas referentes aos anos de 2016, 2017, 2018, prejudicando a compreensão de alguns lançamentos e saldos contábeis, além do contexto histórico, referentes a esses exercícios.

I.6. BENEFÍCIOS DA AUDITORIA

Conforme descrição contida no PAA 2022, espera-se que este trabalho possa fomentar a utilização de análises das demonstrações contábeis como instrumento de subsídio a tomada de decisão a cargo das autoridades responsáveis pela gestão institucional.

Acrescente-se a isso a possibilidade de o Tribunal fornecer informações efetivas e transparentes para a sociedade e órgãos externos acerca do negócio e desempenho do Tribunal.

Contudo, para a auditoria, o resultado deste trabalho já trouxe como benefício informações relevantes de contas contábeis que irão subsidiar a Auditoria de Contas do exercício de 2022, bem assim a compreensão de algumas particularidades da Justiça Eleitoral, que serão descritas no desenvolvimento do relatório.

II. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foi estabelecido o ano de 2016 como base de cálculo para aplicação dos índices inflacionários, conforme orientação do curso de Análise das Demonstrações Contábeis realizado pela equipe de auditoria. A convergência dos valores de uma série histórica a uma mesma base torna a qualidade das análises mais fidedignas, uma vez que deixa de considerar os efeitos da inflação sobre a evolução de determinados saldos contábeis, principalmente na realização da análise horizontal.

Segue tabela com os índices acumulados aplicado a cada ano de referência, extraídos do site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>):

Tabela 1 - Índices de Inflação IBGE

Índices de inflação IBGE			
Período	Percentual	Índice anual	Índice acumulado
dez/16	6,29%		
dez/17	2,95%	1,0295	1,0295
dez/18	3,75%	1,0375	1,0681
dez/19	4,31%	1,0431	1,1141
dez/20	4,52%	1,0452	1,1645
dez/21	10,06%	1,1006	1,2816

Vislumbrou-se com este trabalho, no primeiro momento, conhecer e detalhar as demonstrações contábeis, em sua série histórica, por meio da aplicação das técnicas de análises vertical e horizontal. Posteriormente, foram aplicados indicadores financeiros apropriados ao setor público. Por fim, em um segundo momento, a equipe de auditoria deteve-se em correlacionar, compreender e selecionar as informações obtidas dessas análises que entendeu mais aplicáveis ao contexto do TRE-RJ. Essas informações serão expostas neste relatório, para melhor visualização e compreensão e os demonstrativos contábeis e quadros comparativos que subsidiaram as análises podem ser encontrados nos Anexos I a X, ids 2679838, 2679848, 2679861, 2679864, 2679871, 2679881, 2679897, 2679911, 2679923, 2679934, 2679947, 2679959.

De acordo com Silva (2019, págs. 4 e 6), “a Análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica). Dessa forma, com as devidas adaptações, estruturamos a apresentação da análise das demonstrações contábeis do TRE-RJ considerando os eixos patrimonial, financeiro e orçamentário, conforme divisão encontrada no sistema SIAFI.

II.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A) Balanço Patrimonial

O **Balanço Patrimonial**, previsto nos artigos 101 e 105 da Lei nº 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Este é composto dos seguintes quadros:

- Quadro Principal (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido);
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle);
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Em uma análise geral do Ativo, observa-se que houve leve variação no **Ativo Circulante**, e grande variação no **Ativo não Circulante**, especificamente na conta Imobilizado, tanto em anos eleitorais como em anos não eleitorais.

Verifica-se uma certa regularidade nos valores e nos percentuais nas contas **Caixa e Equivalentes de Caixa**. A conta **Caixa e Equivalentes de Caixa**, de acordo com as Notas Explicativas, refere-se basicamente a valores recebidos pelo TSE, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira - OSPF, para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual de cada exercício e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar.

A conta **Demais Crédito de Valores de Curto Prazo**, 1.1.3.0.0.00.00, trata de valores devidos ao TRE-RJ por adiantamentos e pagamentos indevidos a servidores/membros/pensionistas por motivo de saída, vacância ou falecimento. A composição desta conta, com base nas Notas Explicativas, é basicamente de créditos

constituídos em favor do Tribunal, oriundos de adiantamentos realizados por pagamento de auxílio-alimentação e auxílio transporte a servidores, bem assim de apuração consolidada de todos os débitos em nome de servidor, aposentado, pensionista e membro, por ocasião de sua desvinculação, como término de ocupação de cargo, aposentadoria ou falecimento.

De todo o período analisado, chama atenção o crescimento de 89% no saldo da referida conta no ano de 2018. A partir de então os valores mantiveram-se estabilizados, tendo havido um acréscimo, de menor monta, em 2021.

Tabela 2 - Saldo da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Demais Créditos e Valores/Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (R\$)	5.412.183,81	3.962.696,85	7.515.643,26	7.522.977,91	7.543.983,25	8.494.361,94

Fonte: SIAFI

Outra conta com movimentação relevante no Ativo Circulante é a conta **Estoques**. Consta-se que a partir de 2019, em anos não eleitorais, como também ocorreu em 2021, o valor do estoque aumentou. De acordo com as notas explicativas dos anos de 2019 e 2021, tal aumento deveu-se ao registro de materiais de consumo referentes a materiais de processamento de dados devolvidos, utilizados nas eleições pelos pólos e cartórios eleitorais, conforme nota explicativa dos anos de 2019 e 2021.

De acordo com tais notas explicativas, têm-se as seguintes informações:

2019 - Nota 3: Estoques - Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu aumento de 50% devido à devolução de cartão de memória utilizado nas urnas. A peça fica guardada no almoxarifado. Nas eleições são distribuídos aos Cartórios Eleitorais para serem adicionados às urnas eletrônicas. No ano seguinte, são retirados e retornam para o almoxarifado, permanecendo até as próximas eleições.

2021 - Nota 3: Estoques - Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu um aumento significativo de cerca de 38%, tendo como principal causa a devolução ao estoque de materiais de consumo duráveis, classificados no subitem 17 – Material de Processamento de Dados, utilizados pelos Pólos e Zonas Eleitorais no pleito de 2020.

Essa movimentação na conta Estoque não é observada no ano de 2017 em razão desses itens de TI, naquela época, não serem registrados nos sistemas SIAFI nem no sistema de almoxarifado (ASIWEB), apesar da grande quantidade de itens, dos valores envolvidos e da relevância desse item para as eleições. À época, tais mídias ficavam em “subalmoxarifado” da SEURNA e não estavam registrados nos devidos sistemas, o que fragilizava o controle desses bens do Tribunal.

O registro dos itens no SIAFI e no sistema ASIWEB foi objeto de recomendação por esta unidade de auditoria interna em sede do relatório de auditoria nº 07/2017, que tratou da Auditoria Integrada na Justiça Eleitoral - Gestão de Armazenamento e Manutenção Preventiva das Urnas Eletrônicas e Gestão de Suprimento de Fundos de Materiais Eleitorais (recomendação 30 - achado A 16.1), principalmente em razão dos valores e relevância dos itens.

Em entrevista realizada com a unidade auditada, há de fato baixa dos valores em anos eleitorais, para a distribuição, cuja contrapartida se dá na conta de despesa, e o retorno desses itens ao estoque em anos não eleitorais, sendo esses bens considerados bens de consumo.

Tabela 3 - Ativo Circulante

Ativo Circulante		Caixa e Equivalentes de Caixa			Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			Estoques		
		R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
Ano Eleitoral	2016	5.993.318,30	5%		5.412.183,81	5%		4.899.699,45	4%	
	2018	3.237.685,81	3%	-46%	7.036.419,14	7%	30%	4.670.777,51	5%	-5%
	2020	5.232.496,43	7%	62%	6.478.297,87	8%	-8%	5.546.939,16	7%	19%
Ano não Eleitoral	2017	3.481.986,09	3%		3.849.147,01	4%		4.892.239,16	5%	
	2019	4.644.423,84	5%	33%	6.752.263,55	8%	75%	7.022.427,09	8%	44%

	2021	4.700.751,37	3%	1%	6.627.678,77	4%	-2%	6.943.286,10	4%	-2%
--	------	--------------	----	----	--------------	----	-----	--------------	----	-----

1. Fonte: Siafi

2. Valores deflacionados

Em relação ao **Ativo Imobilizado**, das três contas principais deste grupo, destacam-se alterações relevantes nas contas de bens móveis e bens imóveis.

Tabela 4 - Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado		Bens Móveis			Bens Imóveis			Bens Intangíveis		
		R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
Ano Eleitoral	2016	73.357.196,71	62%		27.065.286,40	23%		2.331.116,09	2%	
	2018	53.418.235,36	55%	-27%	23.534.598,08	24%	-13%	4.887.766,21	5%	110%
	2020	38.395.492,29	49%	-28%	19.893.753,44	25%	-15%	3.191.258,24	4%	-35%
Ano não Eleitoral	2017	63.172.589,51	61%		25.081.537,79	24%		3.131.057,60	3%	
	2019	46.269.463,16	52%	-27%	20.459.485,24	23%	-18%	3.762.591,71	4%	20%
	2021	48.565.571,53	31%	5%	89.467.181,10	56%	337%	2.469.052,54	2%	-34%

1. Fonte: Siafi

2. Valores deflacionados

Relativo aos **bens móveis**, foi observado que a partir de 2020 houve ajustes significativos na conta "**Bens de Informática**", causando redução considerável nos saldos dessa conta, impactando o saldo consolidado do imobilizado. De acordo com as notas explicativas, a redução no saldo de equipamento de TI e no saldo de depreciação acumulada foi em decorrência da reavaliação do acervo de urnas eletrônicas, determinada pelo TSE, com o objetivo de padronizar a valoração das urnas eletrônicas e sua respectiva depreciação.

Quanto aos **bens imóveis**, destaca-se o aumento no saldo dessa conta na ordem de R\$ 93 milhões. Esse incremento, de acordo com as notas explicativas, foi devido ao registro contábil da reavaliação dos bens imóveis, realizada por empresa contratada pelo Tribunal, o que gerou aumento do saldo da conta de bens imóveis em quase quatro vezes a mais do que os valores registrados nos anos anteriores.

O ajuste de valores no Ativo Imobilizado foi efetuado em cumprimento à recomendação dessa unidade de auditoria interna, contida no Relatório de Auditoria nas Contas Anuais nº 03/2021, referente ao exercício de 2020, que propôs "*efetuar ajuste no Valor Bruto Contábil dos ativos imobilizados de forma que sejam consistentes com os valores da reavaliação realizada*".

Vale reproduzir aqui quadro apresentado em nota explicativa do ano de 2021, o qual demonstra a evolução do valor da conta do bem imóvel:

Tabela 5 - Bens Imóveis

Conta Contábil		Saldo Inicial (2020)	Mov. Devedor Acumulado	Mov. Credor Acumulado	Saldo Atual (2021)
123210101	IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS	5.215.002,26	27.095.231,85	176.234,11	32.134.000,00
123210102	EDIFÍCIOS	12.166.876,06	50.444.457,31		62.611.333,37
123210104	ARMAZENS/GALPOES	9.204.514,04	15.462.335,07		24.666.849,11
123210198	OUTROS BENS IMOVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET	0,00	610.000,00	610.000,00	0,00
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	130.108,34	13.424,37		143.532,71

123210700	INSTALAÇÕES	285.278,41	0,00		285.278,41
123210800	BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	842.788,76	0,00		842.788,76
Totais:		27.844.567,87	93.625.448,60	786.234,11	120.683.782,36

Fonte: Notas Explicativas 2021

Em relação ao Passivo, pela natureza das operações realizadas pelo TRE-RJ, não há registros em contas do Passivo não Circulante.

Tabela 6 - Passivo Circulante

Passivo Circulante		Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			Demais Obrigações de Curto Prazo		
		R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
Ano Eleitoral	2016	10.105.736,67	8%		1.101.465,96	1%		687.756,29	1%	
	2018	21.046.354,29	22%	108%	6.504.142,59	7%	490%	658.730,50	1%	-4%
	2020	20.027.299,40	25%	-5%	1.098.508,52	1%	-83%	636.412,65	1%	-3%
Ano não Eleitoral	2017	12.006.980,89	12%		1.239.967,90	1%		533.644,44	1%	
	2019	28.000.861,50	31%	133%	664.041,09	1%	-46%	913.123,92	1%	71%
	2021	3.287.330,99	2%	-88%	1.256.786,58	1%	-89%	903.287,17	1%	-1%

1. Fonte: Siafi

2. Valores deflacionados

Ao analisar o Passivo Circulante, de acordo com as notas explicativas, a partir de 2019 e 2020, o aumento da conta *Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo* foi em razão de registro de férias devidas aos servidores visando ao cumprimento do regime de competência e outra parte refere-se a valores de atrasados extraídos do sistema da justiça eleitoral. A drástica redução na referida conta, em 2021, refere-se ao ajuste referente ao duodécimo de férias, ocorrido no módulo que subsidia o módulo folha de pagamento, conforme justificativa em nota explicativa do ano de 2021 e em entrevista realizada com a área auditada.

Com relação às contas do grupo Patrimônio Líquido, há grande divergência entre os anos.

Tabela 7 - Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido/ Resultados Acumulados		Resultado do Exercício			Resultado de Exercício Anteriores			Ajustes de Exercícios Anteriores		
		R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %	R\$	AV %	AH %
Ano Eleitoral	2016	50.248.707,52	42%		75.395.714,90	63%		-18.444.241,88	-15%	
	2018	-21.017.894,02	-22%	-142%	88.592.007,47	89%	15%	3.245.099,60	3%	118%
	2020	167.405,43	0%	-101%	56.944.393,94	72%	-34%	38.557,58	0%	-101%
	2017	11.231.117,89	11%		11.000,00	11%		2.058.070,20	2%	

		-11.231.117,00	-11%	37%	104.128.392,95	100%		-3.008.070,27	-3%	
Ano não Eleitoral	2019	-7.047.982,69	-8%	37%	65.975.662,02	74%	-37%	590.601,22	1%	119%
	2021	86.488.379,28	54%	1327%	51.856.479,91	33%	-21%	15.027.565,16	9%	2444%

1. Fonte: Siafi

2. Valores deflacionados

Apesar de tantas variações ocorridas ao longo dos seis anos, há apenas notas explicativas dos três últimos exercícios, como já descrito anteriormente, não tendo sido possível avaliar as variações ocorridas. A importância das notas explicativas para esclarecer eventos e movimentações no patrimônio e nos demonstrativos de um órgão é de extrema relevância para transparência dos dados.

Com relação à variação no Resultado do Exercício, nota-se que o alto resultado positivo no exercício de 2016 deve-se a "**Ganhos com Incorporações de Ativos**" e a **Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas**", que somados contribuíram para a movimentação patrimonial em quase 68 milhões. Possivelmente tal movimentação refere-se à reavaliação de bens do imobilizado, o que ocasionou resultado positivo ao patrimônio em 50 milhões.

No ano de 2017, destaca-se pequeno aumento nas despesas de pessoal, impactando o resultado patrimonial negativo em aproximadamente 11 milhões. O mesmo ocorre com o ano de 2018, destacando-se ainda um leve aumento em "**Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**".

Em 2016 foi aprovada a Lei nº 13.317, a qual estabeleceu aumento aos servidores entre os anos de 2016 e 2019, cujas maiores parcelas de aumento se concentraram nos anos 2017 e 2018.

Já em 2021 houve reavaliação de ativos, conforme já esclarecido na avaliação de bens imóveis, no grupo de Ativos, provocando um resultado positivo em aproximadamente 100 milhões.

B) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), prevista nos artigos 101 e 104 da Lei nº 4.320/64, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício e é elaborada confrontando-se as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), que consistem nas receitas e ganhos auferidos, com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), que consistem nas despesas e perdas. A confrontação da VPA com a VPD gera o resultado do período, o qual fará parte do Patrimônio Líquido.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Conforme abordagem em curso, no setor público, o resultado apurado é chamado de superávit (se positivo) ou déficit (se negativo) e não mede o desempenho como no setor privado, no sentido de que quanto maior o resultado, melhor o desempenho. Geralmente, um bom resultado para o setor público é aquele que fica próximo de zero, pois nem se deixou de aplicar os recursos conforme o planejamento e nem se gastou de maneira excessiva os recursos públicos.

Em relação às Variações Patrimoniais Aumentativas, cabe destacar que em 2016 houve ganho com incorporação de ativo no valor aproximado de R\$ 45 milhões, em 2020 houve um erro de lançamento na conta de Desincorporação de Passivos, no valor aproximado de R\$ 9 milhões - esse erro foi apontado na Auditoria nas Contas Anuais de 2020 e foram recomendadas medidas corretivas -, em 2021, houve reavaliação de Ativos Imobilizados – Bens Imóveis no valor aproximado de R\$ 92 milhões, os quais não impactam o patrimônio financeiro, porém impactaram o resultado patrimonial do período.

No que se refere às Variações Patrimoniais Diminutivas, entre 2016 e 2019, houve aumento das despesas relacionadas a pessoal, principalmente em razão do aumento salarial parcelado.

Nos anos eleitorais, cabe destacar elevação no saldo das contas Uso de Materiais de Consumo e Serviços, as quais se referem, observando os demais demonstrativos, no primeiro caso, especialmente à movimentação dos bens de TI e de bens de consumo específicos para eleição, além do acréscimo no saldo das despesas com contratações que aumentaram nesses anos, impactando as despesas.

Nos anos de 2018 e 2019, chama a atenção os saldos da conta **Perdas Involuntárias**, que se aproximam de R\$ 1 milhão, cujos percentuais, analisados horizontalmente, se destacam pela grande alteração. Não foi identificada em nota explicativa justificativa para tais perdas.

Tabela 8 - Variações Patrimoniais

PRINCIPAIS CONTAS	Anos Eleitorais	2016			2018			2020				
		Sem Inflação	AV		Sem Inflação	AV	AH	Sem Inflação	AV	AH		
Variações Patrimoniais Aumentativas												
Transferências Intragovernamentais		504.976.651,04	88%	542.709.566,10	508.104.475,65	95%	1%	570.380.507,15	489.806.870,00	96%	-4%	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.138.810,38	1%	6.418.897,83	6.009.606,09	1%	91%	4.006.941,50	3.440.909,09	1%	-43%	
Ganhos com Incorporação de Ativos		44.670.342,79	8%	4.553.643,40	4.263.286,92	1%	-90%	1.201.885,73	1.032.103,80	0%	-76%	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		40.879,04	0%	2.194.031,65	2.054.132,40	0%	4925%	9.223.553,80	7.920.607,31	2%	286%	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		22.947.833,15	4%	12.922.289,55	12.098.318,45	2%	-47%	6.215.003,61	5.337.053,96	1%	-56%	
Variações Patrimoniais Diminutivas												
Remuneração a Pessoal		238.852.808,12	45%	273.874.577,50	256.411.361,23	46%	7%	278.710.165,38	239.338.743,22	47%	-7%	
Encargos Patronais		37.906.773,77	7%	44.952.785,98	42.086.436,61	8%	11%	59.237.779,59	50.869.675,67	10%	21%	
Benefícios a Pessoal		26.801.092,91	5%	25.384.099,81	23.765.519,40	4%	-11%	16.118.671,34	13.841.700,16	3%	-42%	
Aposentadorias e Reformas		85.518.379,97	16%	94.116.867,33	88.115.641,43	16%	3%	98.531.448,17	84.612.604,43	17%	-4%	
Pensões		45.469.328,70	9%	51.676.759,59	48.381.665,77	9%	6%	53.351.987,85	45.815.328,28	9%	-5%	
Uso de Material de Consumo		5.629.883,69	1%	8.966.796,70	8.395.041,88	2%	49%	8.984.723,10	7.715.514,55	2%	-8%	
Serviços		48.065.330,86	9%	50.824.757,53	47.583.990,38	9%	-1%	46.954.059,90	40.321.190,55	8%	-15%	
Depreciação, Amortização e Exaustão		8.861.879,87	2%	10.925.359,37	10.228.719,63	2%	15%	12.014.720,87	10.317.485,87	2%	1%	
Perdas Involuntárias		63.386,51	0%	1.150.079,56	1.076.746,40	0%	1599%	425.571,45	365.453,97	0%	-66%	
Desincorporação de Ativos		278.481,07	0%	1.793.532,64	1.679.170,53	0%	503%	1.719.276,64	1.476.406,54	0%	-12%	
Transferências Intragovernamentais		23.008.295,64	4%	12.983.500,09	12.155.625,99	2%	-47%	6.044.319,63	5.190.481,16	1%	-57%	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		4.635.659,84	1%	5.073.418,45	4.749.919,26	1%	2%	645.318,59	554.158,98	0%	-88%	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		50.248.707,52		-22.449.343,96	-21.017.894,02		-142%	194.943,76	167.405,43		101%	
PRINCIPAIS CONTAS - Anos não eleitorais		2017			2019			2021				
Variações Patrimoniais Aumentativas		Sem Inflação	AV		Sem Inflação	AV	AH		Sem Inflação	AV	AH	
Transferências Intragovernamentais		505.732.982,20	491.241.362,02	98%	576.150.464,32	517.124.976,87	98%	5%	575.980.266,68	449.405.406,99	85%	13%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		399.833,63	388.376,52	0%	3.062,83	2.749,05	0%	99%	1.474.754,47	1.150.668,99	0%	41757%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		311.558,94	302.631,32	0%	1.197.419,87	1.074.746,55	0%	255%	1.413.546,21	1.102.911,59	0%	3%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		105.078,85	102.067,85	0%	6.466,67	5.804,17	0%	94%	276.134,33	215.452,28	0%	3612%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.138.198,21	7.905.000,69	2%	9.328.089,44	8.372.444,93	2%	6%	6.311.158,02	4.924.246,02	1%	41%
Variações Patrimoniais Diminutivas												
Remuneração a Pessoal		250.209.825,49	243.040.141,32	47%	290.854.608,70	261.057.123,29	49%	7%	283.316.310,92	221.055.979,49	50%	15%
Encargos Patronais		42.703.094,76	41.479.450,96	8%	48.657.843,88	43.672.943,01	8%	5%	61.209.440,81	47.758.326,54	11%	9%
Benefícios a Pessoal		25.830.658,11	25.090.488,69	5%	24.823.088,01	22.280.011,23	4%	11%	15.886.393,42	12.395.270,31	3%	44%
Aposentadorias e Reformas		88.648.309,72	86.108.120,17	17%	101.734.773,60	91.312.245,16	17%	6%	91.284.780,33	71.224.443,32	16%	22%
Pensões		52.863.412,92	51.348.628,38	10%	54.043.398,01	48.506.757,66	9%	6%	52.734.637,95	41.145.908,64	9%	15%
Uso de Material de Consumo		1.695.681,88	1.647.092,65	0%	1.597.820,25	1.434.126,69	0%	13%	1.474.398,15	1.150.390,98	0%	20%

Serviços	42.974.639,02	41.743.214,20	8%	47.806.164,57	42.908.516,57	8%	3%	33.335.853,73	26.010.114,89	6%	39%
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.924.845,67	11.583.142,95	2%	13.175.384,48	11.825.592,13	2%	2%	10.532.278,89	8.217.752,16	2%	31%
Perdas Involuntárias	314.046,03	305.047,14	0%	913.503,15	819.916,54	0%	169%	19.527,17	15.235,97	0%	98%
Desincorporação de Ativos	1.953.151,12	1.897.184,19	0%	1.226.150,48	1.100.533,76	0%	42%	1.074.126,16	838.080,98	0%	24%
Transferências Intragovernamentais	8.032.178,25	7.802.018,70	2%	9.342.834,58	8.385.679,46	2%	7%	6.286.553,56	4.905.048,53	1%	42%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.645.748,77	2.569.935,67	0%	56.114,18	50.365,39	0%	98%	470.079,27	366.776,74	0%	628%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 11.562.432,69	- 11.231.114,80		- 7.852.450,92	-7.047.982,69		37%	110.847.797,97	86.488.379,28		1327%

Fonte: Siafi

A análise do demonstrativo Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia como os ajustes nas contas patrimoniais, sem impacto financeiro, como reavaliações e incorporações/desincorporações de bens móveis e imóveis, tem grande impacto no resultado patrimonial.

À medida em que houver aprimoramento dos ajustes exigidos pela nova contabilidade e os procedimentos forem sendo adotados com regularidade, possivelmente, ao fazer análises comparativas, essas variações significativas nas contas contábeis tendem a diminuir.

C) Indicadores Patrimoniais

C.1) RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RVP)

RVP = Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

A que se destina

Demonstra se houve aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido. O índice demonstra ainda o quanto as Variações Patrimoniais Aumentativas foram maiores ou menores do que as Variações Patrimoniais Diminutivas, o que é importante em termos comparativos entre os anos.

Interpretação

Quanto maior o valor, maior as variações patrimoniais aumentativas em relação às variações patrimoniais diminutivas.

Resultado da Aplicação do Indicador

Anos Eleitorais

Ano	Variações Patrimoniais Aumentativas	Variações Patrimoniais Diminutivas	Resultado das Variações Patrimoniais (RVP)
2016	575.777.197,65	525.528.490,13	1,10
2018	532.532.348,77	553.550.242,79	0,96
2020	508.243.145,67	508.075.740,24	1,00

Anos não Eleitorais

Ano	Variações Patrimoniais Aumentativas	Variações Patrimoniais Diminutivas	Resultado das Variações Patrimoniais (RVP)
2017	503.693.354,97	514.924.469,77	0,98
2019	526.581.959,73	533.629.942,42	0,99
2021	528.888.150,99	442.399.771,71	1,20

Fonte Siafi

Este indicador demonstra a ocorrência de superávit ou déficit no exercício. Dos seis anos analisados, os anos de 2017, 2018 e 2019 apresentaram déficit.

O superávit no ano de 2016 foi em razão de incorporação do ativo, em 2020 pela desincorporação de passivos e em 2021 em razão de reavaliação de ativos, não se caracterizando um superávit financeiro, mas sim patrimonial.

Vide anexo **gráfico 1**, id 2679974.

C.2) GANHOS E PERDAS COM ATIVOS (GPA)

GPA = Valorização e Ganhos com Ativos

Desvalorizações e Perdas com Ativos

A que se destina

Este índice confronta as valorizações e ganhos com ativos com a desvalorização e perdas com ativos. Quando se fala em ganhos, valorizações, perdas e desvalorizações de ativos, está se referindo a capacidade da entidade pública em lidar com o ativo. São exemplos de ganhos e valorizações a reavaliação do ativo, os ganhos com alienação, os ganhos com incorporação de ativos, os ganhos com desincorporação de passivos e a reversão de redução ao valor recuperável. São exemplos de perdas e desvalorizações de ativos a reavaliação, a redução ao valor recuperável e ajustes para perdas, as perdas com alienação, as perdas involuntárias, a incorporação de passivos e a desincorporação de ativos.

Interpretação

Quanto maior o valor, maior a capacidade da entidade em obter resultados positivos com o uso dos ativos.

Resultado da Aplicação do Indicador

Anos Eleitorais

Ano	Valorização e Ganhos com Ativos	Desvalorizações e Perdas com Ativos	Ganhos e Perdas com Ativos (GPA)
2016	44.711.221,83	426.009,56	104,95
2018	6.317.419,31	2.755.917,03	2,29
2020	9.656.305,77	1.841.860,51	5,24

Fonte Siafi

Anos não Eleitorais

Conforme análise anterior, em 2016 houve ganho com incorporação de ativo no valor aproximado de 45 milhões, em 2020 houve desincorporação de Passivos, no valor aproximado de 9 milhões e em 2021 houve reavaliação de Ativos no valor aproximado de 92 milhões, os quais não impactam o patrimônio financeiro, porém impactaram o resultado patrimonial do período.

Ano	Valorização e Ganhos com Ativos	Desvalorizações e Perdas com Ativos	Ganhos e Perdas com Ativos (GPA)
-----	---------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------

2017	404.699,16	2.202.231,33	0,18
2019	1.080.550,72	1.920.450,30	0,56
2021	73.406.728,09	853.316,94	86,03

Fonte: Siafi

Vide anexo gráfico 2, id 2679987.

II.2. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A) Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é um Demonstrativo exigido pela Lei 4320/1964 no art. 101 e seguintes, que determina que devem ser demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Dessa forma, o Balanço Orçamentário é um importante mecanismo de comparação entre planejamento e execução.

A maior parte da **Dotação Orçamentária Atualizada**, em média 86%, é direcionada para Despesas com Pessoal e Encargos sociais sem variação significativa entre um período e outro, ao longo de todos os exercícios, sejam anos eleitorais ou não.

Nos anos eleitorais, 2016, 2018 e 2020, a **Receita Realizada** do Tribunal foi afetada por um aumento de 5% em 2018 e uma redução de 2% em 2020.

Já nos anos não eleitorais, 2017, 2019 e 2021, a **Receita Realizada** sofreu um aumento de 2% em 2019 e uma diminuição de 11% em 2021.

Como a **Receita Realizada** corresponde ao mesmo valor da **Despesa Empenhada**, verifica-se que no ano de 2021 houve um montante de empenhos menor do que nos últimos 6 anos, sejam eleitorais ou não.

Diante desse fato, uma possível razão para a diminuição do montante de despesa empenhada é a economia de recursos em decorrência da pandemia de COVID-19 que culminou no trabalho remoto.

Dessa forma, a dotação excedente foi direcionada para **Outras Despesas Correntes** com uma parcela menor, em média 1%, para **Despesas de Capital**.

Um ponto que chamou atenção na análise horizontal das **Despesas de Capital**, foi um aumento na ordem de 156% da **Dotação Atualizada** no ano de 2021. Analisando as **Notas Explicativas** daquele ano, a equipe de auditoria verificou que a justificativa apresentada para esse incremento foi a seguinte:

"As diferenças aduzidas nas colunas "Dotação Inicial" e "Dotação Atualizada" das Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital - Investimentos, ocorreu em virtude das sobras orçamentárias contratuais decorrentes da pandemia da Covid-19 na rubrica de Outras Despesas Correntes, que possibilitaram a disponibilização de dotação orçamentária ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e a realocação de recursos para as despesas de capital, viabilizando principalmente a implementação do projeto DataCenter e aquisição de computadores para o TRE-RJ."

Dessa forma, percebe-se uma economia orçamentária em decorrência da diminuição das Despesas Correntes, uma vez que nos anos de 2020 e 2021 o TRE-RJ adotou o trabalho remoto, possibilitando investimentos em tecnologia, no exercício de 2021, como pode-se visualizar pelo gráfico abaixo:

Tabela 9 - Dotação Atualizada

DOTAÇÃO ATUALIZADA	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Outras Despesas Correntes	64.048.507,00	72.870.340,00	68.383.420,00	69.709.390,00	60.882.716,00	65.993.494,00
Despesas de Capital	2.092.931,00	6.079.341,00	4.847.693,00	4.306.183,00	6.683.352,00	12.674.693,00

Fonte: Siafi

Em síntese, não foram verificadas grandes variações orçamentárias por meio da análise ao quadro principal do Balanço Orçamentário.

Vide anexo gráfico 3, id 2680003.

B) Indicadores Orçamentários

B.1) DESEMPENHO DA PREVISÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA (DPDO)

DPDO = Despesa Empenhada**Dotação Atualizada****A que se destina**

Representa o quanto da despesa fixada foi efetivamente empenhada.

Interpretação

Avalia o grau de aderência entre as despesas orçamentárias fixadas e realizadas.

Resultado da aplicação do indicador**Anos Eleitorais**

Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Empenhada	2016	2018	2020
Despesa Empenhada	499.384.803,08	559.037.045,47	596.730.737,57
Dotação Atualizada	467.242.338,00	527.486.806,00	564.153.154,00
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Empenhada	1,07	1,06	1,06

Fonte: Siafi

Anos não Eleitorais

Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Empenhada	2017	2019	2021
Despesa Empenhada	511.040.440,39	563.958.262,73	575.492.008,39
Dotação Atualizada	514.353.258,00	563.412.657,00	577.121.497,00
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Empenhada	0,99	1,00	0,99

Fonte: Siafi

Nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2019, o valor da despesa empenhada superou a Dotação Atualizada. Esse fato aconteceu em decorrência de descentralizações de crédito oriundos do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Note-se que nas Notas Explicativas do exercício de 2019, a SOF esclarece o seguinte:

"A coluna "Saldo da Dotação" apresenta saldo negativo de R\$ 4.772.267,91 nas despesas correntes, em decorrência, em sua maior parte, de descentralização de crédito concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE para realização do cadastramento biométrico na ação: Implantação do sistema de Automação de Identificação Biométrica. Sendo assim, impactando no resultado final do Saldo da Dotação no valor negativo de R\$ 545.605,73."

Importante salientar que nas Notas Explicativas de 2021 consta a seguinte informação:

"As diferenças aduzidas nas colunas "Dotação Inicial" e "Dotação Atualizada" das Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital - Investimentos, ocorreu em virtude das sobras orçamentárias contratuais decorrentes da pandemia da Covid-19 na rubrica de Outras Despesas Correntes, que possibilitaram a disponibilização de dotação orçamentária ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e a realocação de recursos para as despesas de capital, viabilizando principalmente a implementação do projeto DataCenter e aquisição de computadores para o TRE-RJ."

Dessa forma, em decorrência da sobra orçamentária, os índices de 2017 e 2021 apresentaram resultado menor do que a unidade.

Vide anexo gráfico 4, id 2680016.

**B.2) DESEMPENHO DA PREVISÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
EMPENHADA (DPDC)**

DPDC = Despesa Corrente Empenhada

Dotação Corrente Atualizada

A que se destina

Representa o quanto da despesa corrente fixada foi efetivamente empenhada.

Interpretação

Avalia o grau de aderência entre as despesas correntes orçamentárias fixadas e realizadas.

Resultado da Aplicação do Indicador

Anos Eleitorais

Desempenho da Previsão da Despesa Corrente Orçamentária Empenhada	2016	2018	2020
Despesa Corrente Empenhada	497.432.004,63	554.357.901,21	590.812.619,29
Dotação Corrente Atualizada	465.149.407,00	522.639.113,00	557.469.802,00
Desempenho da Previsão da Despesa Corrente Orçamentária Empenhada	1,07	1,06	1,06

Fonte: Siafi

Anos não Eleitorais

Desempenho da Previsão da Despesa Corrente Orçamentária Empenhada	2017	2019	2021
Despesa Corrente Empenhada	505.436.668,73	559.867.537,67	562.947.881,84
Dotação Corrente Atualizada	508.273.917,00	559.106.474,00	564.446.804,00
Desempenho da Previsão da Despesa Corrente Orçamentária Empenhada	0,99	1,00	1,00

Fonte: Siafi

Nesse indicador, percebe-se que nos anos eleitorais de 2016, 2018 e 2020 o montante empenhado excedeu o valor da dotação (créditos disponíveis), isso porque nesses anos o TSE descentraliza créditos para as eleições, que não aparecem no Balanço Orçamentário.

Já nos anos não eleitorais de 2017, 2019, 2021, apenas no ano de 2019 os empenhos de despesas correntes ultrapassaram a dotação corrente atualizada.

Esse fato ocorreu em razão da descentralização de créditos do TSE para a Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica.

Nos outros anos empenhou-se menos que a dotação, o que gerou uma sobra orçamentária.

Vide anexo gráfico 5, id 2680028.

**B.3) DESEMPENHO DA PREVISÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL
EMPENHADA (DPDCA)**

DPDCA = Despesa de Capital Empenhada

Dotação de Capital Atualizada

A que se destina

Representa o quanto da despesa de capital fixada foi efetivamente empenhada.

Interpretação

Avalia o grau de aderência entre as despesas de capital orçamentárias fixadas e realizadas.

Resultado da Aplicação do Indicador

Anos Eleitorais

Desempenho da Previsão da Despesa de Capital Orçamentária Empenhada	2016	2018	2020
Despesa de Capital Empenhada	1.952.798,45	4.679.144,26	5.918.118,28
Dotação de Capital Atualizada	2.092.931,00	4.847.693,00	6.683.352,00
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária de Capital Empenhada	0,93	0,97	0,89

Fonte: Siafi

Anos não Eleitorais

Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária de Capital Empenhada	2017	2019	2021
Despesa de Capital Empenhada	5.603.771,66	4.090.725,06	12.544.126,55
Dotação de Capital Atualizada	6.079.341,00	4.306.183,00	12.674.693,00
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária de Capital Empenhada	0,92	0,95	0,99

Fonte: Siafi

Analisando esse indicador, pode-se verificar que tanto nos anos eleitorais como nos anos não eleitorais houve um montante de empenhos em despesas de capital inferior ao montante de dotação de capital disponibilizado.

Essa prática, que ocorreu em todos os anos desde 2018, provocou retornos de créditos orçamentários para o TSE.

Vide anexo **gráfico 6**, id 2680035.

C) DOTAÇÃO INICIAL X DOTAÇÃO ATUALIZADA

Outro ponto que chamou a atenção da equipe de auditoria relacionado ao Balanço Orçamentário, foram as devoluções de dotações ocorridas nos últimos quatro anos, demonstrando recursos orçamentários disponibilizados ao TRE-RJ, que não foram utilizados e, portanto, devolvidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os exercícios de 2018 a 2021 foram devolvidos recursos orçamentários nos montantes, aproximados, de R\$ 4,3 milhões, R\$ 1 milhão (SEI 2019.0.000002161-0), R\$ 7,5 milhões (SEI 2020.0.000019285-4) e R\$ 2 milhões (SEI 2021.0.000029501-3), respectivamente.

A identificação de sobras orçamentárias importa para que haja esforço gerencial visando ao melhor direcionamento dos recursos para projetos estratégicos, que proporcionem o desenvolvimento institucional e a melhoria do serviço público oferecido à sociedade.

Em entrevista, a SOF esclareceu que antes da devolução dos créditos ao TSE as unidades administrativas são consultadas da necessidade de aplicação dos recursos, como de pode extrair dos processos SEI informados: exercício 2020 - SEI nº 2020.0.000019285-4; 2021 - SEI nº 2021.0.000029501-3; e 2022 - SEI

Tabela 10 - Dotação Inicial x Dotação Atualizada

2016			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	59.182.007,00	64.048.507,00	-4.866.500,00
Investimentos	1.044.556,00	2.092.931,00	-1.048.375,00
TOTAIS	60.226.563,00	66.141.438,00	-5.914.875,00
2017			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	75.472.221,00	72.870.340,00	2.601.881,00
Investimentos	2.821.601,00	6.079.341,00	-3.257.740,00
TOTAIS	78.293.822,00	78.949.681,00	-655.859,00
2018			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	74.890.022,00	68.383.420,00	6.506.602,00
Investimentos	2.652.643,00	4.847.693,00	-2.195.050,00
TOTAIS	77.542.665,00	73.231.113,00	4.311.552,00
2019			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	71.496.558,00	69.709.390,00	1.787.168,00
Investimentos	3.753.426,00	4.306.183,00	-552.757,00
TOTAIS	75.249.984,00	74.015.573,00	1.234.411,00
2020			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	67.795.789,00	60.882.716,00	6.913.073,00
Investimentos	6.243.034,00	6.683.352,00	-440.318,00
TOTAIS	74.038.823,00	67.566.068,00	6.472.755,00
2021			
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
Outras Despesas Correntes	77.388.222,00	65.993.494,00	11.394.728,00
Investimentos	3.915.979,00	12.674.693,00	-8.758.714,00
TOTAIS	81.304.201,00	78.668.187,00	2.636.014,00

Fonte: Siafi

II.3. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A) BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro está previsto nos artigos 101 e 103 da Lei 4320/64 e demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os recursos financeiros provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Segundo o MCASP, 9ª edição, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro também possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, o qual não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Registre-se que os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Segundo a análise vertical do Balanço Financeiro, percebe-se que as Transferências Financeiras Recebidas, provenientes das dotações orçamentárias, constituem o elemento mais representativo em relação aos ingressos, acima de 93%, em anos eleitorais, e acima de 95%, em anos não eleitorais. Os valores extraorçamentários corresponderam a pouco mais de 6% dos ingressos totais em anos eleitorais e 4%, em anos não eleitorais.

Em relação aos dispêndios, as despesas orçamentárias são as mais relevantes, no geral, com percentuais próximos aos das receitas orçamentárias. A proporção de despesas orçamentárias ordinárias (recursos de livre aplicação, sem destinação específica) e vinculadas (com destinação pré-estabelecida) é de 74% e 26%, respectivamente, do total da despesa orçamentária total.

B) INDICADORES FINANCEIROS

B.1) ÍNDICE DO RESULTADO FINANCEIRO – IRF

IRF = Total de Ingressos

Total de Dispêndios

Em valores monetários:

IRF = Disponibilidades exercício atual - Disponibilidades exercício anterior

OU

IRF = Ingressos – Dispêndios

A que se destina

Busca confrontar todas as entradas de recursos com todas as saídas. Em forma de índice, o resultado financeiro deve ser expresso pela divisão dos ingressos com os dispêndios, independente de serem orçamentários ou extraorçamentários. Em valores monetários, o resultado financeiro pode ser expresso pela subtração das disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa) do exercício atual pelas disponibilidades do exercício anterior ou pela subtração dos ingressos pelos dispêndios.

Interpretação

IRF > 1 - Superávit Financeiro

IRF < 1 - Déficit Financeiro

Resultado da aplicação do indicador

Anos Eleitorais

Índice do Resultado Financeiro	2016	2018	2020
Total de Ingressos	537.765.056,69	578.731.597,10	609.828.724,58
Total de Dispêndios	534.403.806,22	578.858.109,33	608.910.024,09
Índice do Resultado Financeiro	1,0063	0,9998	1,0015

Fonte: Siafi

Anos Não Eleitorais

Índice do Resultado Financeiro	2017	2019	2021
Total de Ingressos	525.109.517,40	592.660.326,82	600.571.210,26
Total de Dispêndios	527.518.131,02	590.943.973,32	600.639.740,52
Índice do Resultado Financeiro	0,9954	1,0029	0,9999

Fonte: Siafi

Na série histórica analisada, o Índice do Resultado Financeiro esteve abaixo de 1 em três exercícios financeiros - 2017, 2018 e 2021 -, indicando déficit financeiro e consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa nos valores de R\$ 2.408.613,62, R\$ 126.512,23 e R\$ 68.530,26, respectivamente. No entanto, foi verificado que mesmo nesses exercícios o índice ficou muito próximo da unidade e nos demais exercícios em que o resultado financeiro foi superavitário ocorreram aumentos de Caixa que suplantaram o consumo de Caixa dos exercícios em que houve déficit financeiro.

Vide anexo gráfico 7, id 2680043.

B.2) ÍNDICE DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO ORÇAMENTÁRIA – CPO

$$\text{CPO} = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Despesa Orçamentária Paga = Despesa Orçamentária - Inscrição de Restos a Pagar Processados - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

A que se destina

Indica a capacidade das receitas orçamentárias de cobrir as despesas orçamentárias pagas.

Interpretação

CPO > 1 - Situação desejável

CPO < 1 - Houve a utilização de recursos extraorçamentários para pagar as despesas orçamentárias.

Tal fato não deveria ocorrer, uma vez que, as despesas orçamentárias necessitam de que se tenham receitas orçamentárias em montante equivalente.

Resultado da aplicação do indicador

Anos Eleitorais

Despesa Orçamentária Paga	2016	2018	2020
Receita Orçamentária	494.764.509,48	538.355.749,37	567.360.672,11
Inscrição de Restos a Pagar Processados	857.353,74	357.972,33	674.849,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.482.517,68	21.598.699,16	32.033.753,08
Despesa Orçamentária Paga	490.044.931,66	537.080.373,98	564.022.135,17

Índice de Capacidade de Pagamento Orçamentário	2016	2018	2020
Receita Orçamentária	494.764.509,48	538.355.749,37	567.360.672,11
Despesa Orçamentária Paga	490.044.931,66	537.080.373,98	564.022.135,17
Índice de Capacidade de Pagamento Orçamentário	1,0096	1,0024	1,0059

Fonte: Siafi

Anos Não Eleitorais

Despesa Orçamentária Paga	2017	2019	2021
Receita Orçamentária	502.537.253,06	559.397.604,53	557.152.814,29
Inscrição de Restos a Pagar Processados	712.529,95	178.893,56	714.005,65
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.422.561,73	6.285.492,96	16.831.973,79
Despesa Orçamentária Paga	503.905.348,71	557.493.876,21	557.946.028,95

Índice de Capacidade de Pagamento Orçamentário	2017	2019	2021
Receita Orçamentária	502.537.253,06	559.397.604,53	557.152.814,29
Despesa Orçamentária Paga	503.905.348,71	557.493.876,21	557.946.028,95
Índice de Capacidade de Pagamento Orçamentário	0,9973	1,0034	0,9986

Fonte: Siafi

Na análise da série histórica, foi observado que o índice de Capacidade de Pagamento Orçamentário esteve acima da unidade em 67% dos exercícios da série histórica.

No entanto, nos exercícios de 2017 e 2021, anos não eleitorais, foi observado que as despesas orçamentárias ultraparam as receitas orçamentárias, indicando que nesses exercícios houve a utilização de recursos extraorçamentários para pagar despesas orçamentárias.

Vide anexo gráfico 8, id 2680049.

C) EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR EM FUNÇÃO DA INSCRIÇÃO E PAGAMENTO DOS MESMOS

2016	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	857.353,74	8.482.517,68	9.339.872,42
Pagamento	-1.159.227,31	-10.338.498,07	-11.497.725,38
Evolução do Saldo	-301.873,57	-1.855.980,32	-2.157.853,89

2017	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	712.529,95	6.422.561,73	7.135.091,68
Pagamento	-794.985,36	-7.292.201,92	-8.087.187,28
Evolução do Saldo	-82.455,41	-869.640,19	-952.095,60

2018	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	357.972,33	21.598.699,16	21.956.671,49
Pagamento	-762.450,56	-5.118.932,29	-5.881.382,85
Evolução do Saldo	-404.478,23	16.479.766,87	16.075.288,64

2019	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	178.893,56	6.285.492,96	6.464.386,52
Pagamento	-312.947,27	-16.422.678,62	-16.735.625,89
Evolução do Saldo	-134.053,71	-10.137.185,66	-10.271.239,37

2020	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	674.849,32	32.033.753,08	32.708.602,40
Pagamento	-666.025,31	-4.845.731,58	-5.511.756,89
Evolução do Saldo	8.824,01	27.188.021,50	27.196.845,51

2021	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Evolução Total do Saldo de Restos a Pagar
Inscrição	714.005,65	16.831.973,79	17.545.979,44
Pagamento	-622.274,47	-17.570.325,87	-18.192.600,34
Evolução do Saldo	91.731,18	-738.352,08	-646.620,90

No período analisado, foi verificado que o estoque de Restos a Pagar Processados sofreu uma redução de R\$ 822.305,73, enquanto o estoque de Restos a Pagar Não Processados sofreu um aumento de R\$ 30.066.630,12.

Dessa forma, no período de 2016 a 2021, o estoque total de Restos a Pagar sofreu um acréscimo de R\$

Destaque-se que os exercícios de 2018 e 2020, anos eleitorais, foram os exercícios de maior incremento, perfazendo acréscimos de R\$ 16.075.288,64 e R\$ 27.196.845,51, respectivamente, no estoque de Restos a Pagar.

Conforme informação da SOF em entrevista à equipe de auditoria e, ainda, conforme as Notas Explicativas de 2021, o incremento se refere a folhas de pagamento que não foram fechadas dentro do exercício e despesas com preparativos para as eleições de 2020.

II.4. NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas estão previstas no item 1.6. das Normas Brasileira de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP) - Estrutura Conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das demonstrações contábeis e são consideradas parte integrante delas. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

De acordo com o MCASP, as notas explicativas devem ter a seguinte estrutura:

"As notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática. Cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.

A fim de facilitar a compreensão e a comparação das DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem:

a. Informações gerais:

i. Natureza jurídica da entidade.

ii. Domicílio da entidade.

iii. Natureza das operações e principais atividades da entidade.

iv. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

b. Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo:

i. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável.

ii. Novas normas e políticas contábeis alteradas.

iii. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

c. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.

d. Outras informações relevantes, por exemplo:

i. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;

ii. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas;

iii. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro;

iv. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro."

Da análise realizada, foi observado um avanço com relação à adoção das Notas Explicativas pelo Tribunal a partir de 2019. Como este trabalho abarcou o período de 2016 a 2021, ficou evidente a dificuldade em se compreender alguns fatos contábeis e institucionais ocorridos no período de 2016 a 2018, exercícios nos quais não foram divulgadas notas explicativas que pudessem elucidar dúvidas e auxiliar a compreensão das informações contábeis.

Foi constatado que, a despeito da publicação das notas explicativas ter sido adotada recentemente pelo Tribunal, a unidade auditada busca atender aos quesitos gerais mínimos exigidos pelo MCASP, porém, não atende aos quesitos de detalhamento requeridos pelo mesmo normativo para os grupos contábeis. Ademais, foi observado que as notas explicativas auxiliam no registro de dados históricos e comparativos, provocando, de alguma forma, a administração a realizar análises, mesmo que parciais, dos demonstrativos contábeis, aprimorando, dessa forma, a prestação de contas.

No entanto, através da análise correlativa dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, foi possível observar oportunidades de melhoria em razão da incompletude de algumas informações que prejudicaram o inteiro entendimento das demonstrações contábeis.

Nessa análise, utilizamos como benchmarking, a publicação das informações contábeis do Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), sendo observado que aquele documento alia a publicação dos demonstrativos à análise dos últimos dois exercícios, juntamente com as notas explicativas, fornecendo informações detalhadas e explicativas sobre as demonstrações contábeis daquele Tribunal.

Dessa forma, observamos que cabem ações de melhoria em relação às notas explicativas a fim de conterem informações relevantes que subsidiem o entendimento das demonstrações contábeis, das atividades desempenhadas pelo órgão, da análise da situação financeira, orçamentária e patrimonial do Tribunal e, consequentemente, auxiliar a tomada de decisão.

Em especial podemos citar as oportunidades de melhoria, a seguir elencadas, a serem implementadas em relação às notas explicativas no que se referem aos demonstrativos contábeis especificados.

1 - Balanço Patrimonial: atentar para o detalhamento em notas explicativas pelo menos dos seguintes itens: a. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; b. Imobilizado; c. Intangível; d. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; e. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens; f. Componentes do patrimônio líquido, segregando resultados acumulados e quaisquer reservas; g. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

2 – Demonstração das Variações Patrimoniais: aprimorar o detalhamento em notas explicativas até o 3º nível e associar as informações às análises do patrimônio líquido do balanço patrimonial.

3- Balanço Orçamentário: aprimorar as notas explicativas incluindo as seguintes informações: detalhar a evolução da dotação orçamentária, inicial e atualizada, no transcorrer do exercício, realizar a conciliação do Balanço Orçamentário com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

4 - Balanço Financeiro: Aprimorar as notas explicativas incluindo as seguintes informações: critério utilizado na retenção e no caso de considerar pago no momento da liquidação incluir o ajuste pertinente; detalhar as deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos caso não conste em quadros anexos ao Balanço Financeiro.

III - CONCLUSÃO

As transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial, representadas, notadamente, pelo acelerado processo de globalização da economia, acarretou a necessidade de convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade, tendo em vista a importância de que os entes públicos disponibilizem informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários, independentemente de sua origem e localização.

Além disso, a adoção de boas práticas contábeis fortalece a credibilidade da informação, facilita o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho dos entes públicos, além de possibilitar a economicidade e a eficiência na alocação de recursos públicos pelos gestores.

Nesse cenário, esta unidade de auditoria interna realizou este ensaio de análise das demonstrações contábeis do TRE-RJ, que nos revelou bons aprendizados e reflexões acerca das peculiaridades das atividades do Tribunal, assim como sobre a contabilidade e o orçamento público.

Em síntese, através de procedimentos analíticos e da utilização de indicadores aplicados aos demonstrativos contábeis, pudemos deduzir considerações acerca da situação patrimonial, orçamentária e financeira do Tribunal.

- Quanto à **Situação Patrimonial**:

Mereceu atenção o crescimento do saldo da conta **Demais Créditos de Valores de Curto Prazo**,

1.1.3.0.0.00.00, que trata de créditos devidos ao TRE-RJ por adiantamentos e pagamentos indevidos a servidores/membros/pensionistas por motivo de saída, vacância ou falecimento.

Relativamente aos bens móveis, foi observado ajustes significativos na conta **Bens de Informática**, a partir de 2020, causando redução considerável nos saldos dessa conta em decorrência da reavaliação do acervo de umas eletrônicas, determinada pelo TSE.

Quanto aos **Bens Imóveis**, destaca-se o aumento substancial do saldo dessa conta no exercício de 2021, em decorrência da reavaliação dos bens imóveis realizada por empresa contratada pelo Tribunal.

Nos anos eleitorais, cabe destacar elevação no saldo das contas **Uso de Materiais de Consumo e Serviços**, a primeira conta se refere especialmente à movimentação dos bens de TI e de bens de consumo específicos para eleição e, em relação à conta **Serviços**, ao aumento no saldo das despesas com contratações que aumentam nesses anos, impactando as despesas.

As movimentações observadas nas contas patrimoniais estão refletidas nos indicadores aplicados na auditoria.

O indicador **Resultado das Variações Patrimoniais (RVP)** demonstra *superávit* (Variações Patrimoniais Aumentativas superiores às Variações Patrimoniais Diminutivas) nos exercícios de 2016, 2020 e 2021 e *déficit* (Variações Patrimoniais Diminutivas superiores às Variações Patrimoniais Aumentativas) nos exercícios de 2017, 2018 e 2019. Os resultados das variações patrimoniais tiveram como motivação a incorporação/desincorporação ou reavaliação do Ativo Imobilizado, não se caracterizando resultados financeiros, mas sim patrimoniais.

O indicador **Ganhos e Perdas com Ativo (GPA)** confronta as valorizações e ganhos com ativos com as desvalorizações e perdas com ativos. Dessa forma, foi observado ganho com ativos nos exercícios de 2016, 2018, 2020 e 2021 e perda com ativos em 2017 e 2019.

- Quanto à **Situação Orçamentária**:

A maior parte da Dotação Orçamentária Atualizada, em média 86%, é direcionada para Despesas com Pessoal e Encargos sociais sem variação significativa entre um período e outro, ao longo de todos os exercícios, sejam anos eleitorais ou não.

Foi observado redução de 11% da Receita Realizada no exercício de 2021. A razão para essa diminuição no montante de despesas empenhadas foi a economia de recursos em decorrência da pandemia de COVID-19, que culminou no trabalho remoto. Dessa forma, percebeu-se uma economia orçamentária nesse período em decorrência da diminuição das **Despesas Correntes**, tendo em vista a adoção do trabalho remoto, possibilitando que a dotação excedente fosse realocada para **Despesas de Capital**, viabilizando principalmente a implementação do projeto DataCenter e a aquisição de computadores novos para o Tribunal, no exercício de 2021.

Outro ponto que chamou a atenção da equipe de auditoria, relacionado ao Balanço Orçamentário, foram as devoluções de dotações ocorridas nos últimos quatro anos, demonstrando recursos orçamentários disponibilizados ao TRE-RJ que não foram utilizados e, portanto, devolvidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, nos exercícios de 2018 a 2021, foram devolvidos recursos orçamentários no montante de R\$ 4,3 milhões, R\$ 1 milhão, R\$ 7,5 milhões e R\$ 2 milhões, respectivamente, equivalentes a 5,5%, 4,3%, 10,1% e 2,4% do total das dotações anuais, deduzidas as destinadas a despesas com pessoal e encargos sociais. A identificação de sobras orçamentárias importa para que haja esforço gerencial visando ao melhor direcionamento dos recursos para projetos estratégicos, que proporcionem o desenvolvimento institucional e a melhoria do serviço público oferecido à sociedade.

Corroboramos com o entendimento da SOF, depreendido em entrevista realizada com a referida unidade durante o processo de execução da auditoria, sobre o redirecionamento de verbas orçamentárias para projetos estratégicos que estejam aptos a serem concretizados, uma vez avaliadas e identificadas sobras orçamentárias. O remanejamento de verbas orçamentárias, no momento de abertura de crédito adicional, pode viabilizar a execução da estratégia, o investimento em melhorias institucionais e, conseqüentemente, o reforço do alinhamento da gestão orçamentária com a estratégia, conforme orientação do TCU em acordãos e no questionário de Governança Institucional.

Devido às peculiaridades inerentes à condição do TRE-RJ como Unidade Gestora vinculada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Unidade Orçamentária, além da dotação orçamentária, o TRE-RJ recebe repasses de recursos concedidos pelo TSE através da descentralização de recursos, que, por não serem explicitados no Balanço Orçamentário, prejudica a transparência das informações orçamentárias e financeiras. Em razão desses recursos não estarem explicitados nos demonstrativos orçamentários, é comum observar as despesas empenhadas em montantes superiores à dotação atualizada constante dos demonstrativos, ocasionando ao usuário da informação a impressão equivocada de que as despesas são superiores à dotação orçamentária, fato que infringiria a lei orçamentária. Dessa forma, havendo impossibilidade de serem lançados no Balanço Orçamentário, seria essencial que esses recursos estivessem evidenciados em Notas Explicativas a fim de aprimorar a transparência da prestação de contas e a correta compreensão do usuário acerca das informações orçamentárias e financeiras.

- Quanto à **Situação Financeira**:

Percebe-se que as Transferências Financeiras Recebidas, provenientes das dotações orçamentárias, constituem o elemento mais representativo entre os ingressos, acima de 93%, em anos eleitorais, e acima de 95%, em anos não eleitorais. Os valores extraorçamentários corresponderam a pouco mais de 6% dos ingressos totais em anos eleitorais e 4%, em anos não eleitorais. Em relação aos dispêndios, as despesas orçamentárias são as mais relevantes, no geral, com percentuais próximos aos das receitas orçamentárias. A proporção de despesas orçamentárias ordinárias (recursos de livre aplicação, sem destinação específica) e vinculadas (com destinação pré-estabelecida) é de 74% e 26%, respectivamente, do total da despesa orçamentária total.

O indicador **Índice do Resultado Financeiro (IRF)** esteve abaixo da unidade em três exercícios financeiros - 2017, 2018 e 2021 -, indicando déficit financeiro e consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa nos valores de R\$ 2.408.613,62, R\$ 126.512,23 e R\$ 68.530,26, respectivamente. No entanto, foi verificado que mesmo nesses exercícios o índice ficou muito próximo da unidade e nos demais exercícios em que o resultado financeiro foi superavitário ocorreram aumentos de Caixa que suplantaram o consumo de Caixa dos exercícios em que houve déficit financeiro.

O indicador **Índice de Capacidade de Pagamento Orçamentária (CPO)** esteve acima da unidade em 67% dos exercícios. No entanto, nos exercícios de 2017 e 2021, anos não eleitorais, foi observado que as despesas orçamentárias extrapolaram as receitas orçamentárias, indicando que nesses exercícios houve a utilização de recursos extraorçamentários para pagar despesas orçamentárias.

No período analisado, foi verificado que o estoque de **Restos a Pagar Processados** sofreu uma redução de R\$ 822.305,73, enquanto o estoque de **Restos a Pagar Não Processados** sofreu um aumento de R\$ 30.066.630,12. Dessa forma, no período de 2016 a 2021, o estoque total de **Restos a Pagar** sofreu um acréscimo de R\$ 29.244.324,40.

Em relação às **Notas Explicativas**, foi constatado que, a despeito da publicação das notas explicativas ter sido adotada recentemente pelo Tribunal, a partir de 2019, a unidade auditada busca atender aos quesitos gerais mínimos exigidos pelo MCASP, porém, não atende aos quesitos de detalhamento requeridos pelo

mesmo normativo para os grupos contábeis. Dessa forma, foram observadas oportunidades de melhoria em relação às notas explicativas a fim de conterem informações relevantes que subsidiem o entendimento das demonstrações contábeis, das atividades desempenhadas pelo órgão, a análise da situação financeira, orçamentária e patrimonial do Tribunal e, conseqüentemente, auxiliem na tomada de decisão. Nessa análise, utilizamos como benchmarking, a publicação das informações contábeis do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo observado que aquele documento alia a publicação dos demonstrativos à análise dos últimos dois exercícios, juntamente com as notas explicativas, fornecendo informações detalhadas e explicativas sobre as demonstrações contábeis daquele Tribunal.

Acrescente-se que, em razão da convergência gradativa da contabilidade governamental aos padrões internacionais, algumas contas contábeis vêm sofrendo ajustes que impactam os resultados patrimoniais. À medida que esse processo se estabeleça, acredita-se que os demonstrativos ficarão mais compreensíveis e os resultados mais estáveis.

Como pudemos depreender, a técnica de análise das demonstrações contábeis é interessante não só para melhoria do processo decisório, mas também para o aprimoramento das informações contidas nas notas explicativas, de forma a tornar essas informações mais transparentes e compreensíveis aos usuários e gestores.

Interessante torna-se transcrever os seguintes itens da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP – ESTRUTURA CONCEITUAL – para elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público:

Prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão

(...)

2.10 A informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG) para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, são necessárias para o atendimento da prestação de contas e responsabilização (accountability à entidade). Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos RCPGs, inclusive as decisões que os doadores e outros patrocinadores tomam sobre o provimento de recursos.

Seleção e natureza da informação

(...)

8.14 Outros relatórios nos RCPGs apresentam informação adicional às demonstrações contábeis. Tal informação poderia, por exemplo, incluir:

(a) informação sobre a sustentabilidade das finanças públicas da entidade;

(b) discussão e análise das demonstrações contábeis; ou

(c) informação sobre o desempenho dos serviços.

(...)

Compreende-se que as normas contábeis enfatizam que **os relatórios contábeis não se limitam às demonstrações contábeis obrigatórias e devem subsidiar e contribuir para a tomada de decisão**, assim como para o atendimento da prestação de contas e responsabilização. Destaque-se o descrito no item 2.10 da NBC TSP que exemplifica, como possíveis informações que podem auxiliar o processo de tomada de decisão, as **informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras**.

A contabilidade pública até os dias atuais fomentou a produção de informações essencialmente financeiras e não gerenciais. Conforme Ray H. Garrison, Eric W. Noreen, Peter C. Brewer, no livro Contabilidade Gerencial, pág. 2:

A contabilidade financeira atende às necessidades de quem está fora da organização (usuários externos), enquanto a gerencial atende às necessidades dos gestores dentro da organização (usuários internos). Em virtude dessa diferença fundamental de usuários, a contabilidade financeira enfatiza as consequências de atividades passadas, a objetividade, a verificabilidade, a precisão e o desempenho..., enquanto a contabilidade gerencial enfatiza as decisões que afetam o futuro, a relevância, o fazer as coisas em tempo hábil e o desempenho no nível do segmento.

(...)

Finalmente, a contabilidade financeira é obrigatória para relatórios externos e precisa estar em conformidade com regras, com os princípios contábeis geralmente aceitos (...) e os padrões internacionais de relatórios financeiros (...), já a contabilidade gerencial não é obrigatória (...).

Dessa forma, com base no que foi identificado neste trabalho, visando ao aprimoramento do processo de tomada de decisão, a contabilidade não deve se restringir ao processo operacional, o qual se concentra na obrigatoriedade de realização dos registros contábeis e controles orçamentários e financeiros, mas deve buscar a convergência com a **Contabilidade Gerencial**, de forma a produzir informações úteis aos gestores

na tomada de decisão. Sob este ponto de vista, a contabilidade gerencial, a qual compreende um conjunto de técnicas e procedimentos contábeis, como a **contabilidade financeira**, a **contabilidade de custos** e a **análise das demonstrações contábeis**, é fundamental, pois entende-se que estas técnicas combinadas fornecem informações valiosas para o processo de tomada de decisão nas organizações.

IV - COMENTÁRIOS DOS GESTORES

Após realização da reunião de apresentação dos resultados de auditoria, em 22/9/2022, foi encaminhado, no dia 4 de outubro, relatório preliminar de auditoria à Diretoria-Geral, sugerindo remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças, à Secretaria de Gestão de Pessoas e demais unidades interessadas subordinadas àquela Diretoria-Geral, através do processo SEI nº [2022.0.000017687-8](#), objetivando dar oportunidade às unidades envolvidas de apresentarem eventuais considerações acerca da avaliação realizada, em cumprimento ao art. 25 da Resolução TRE-RJ nº 1.139/2020.

Dessa forma, seguem as manifestações encaminhadas:

SGP

A Secretaria de Gestão de Pessoas manifestou-se, id 2662909, sugerindo que a Secretaria de Orçamento e Finanças disponibilize os registros lançados na conta "**Demais Créditos de Valores de Curto Prazo**" contendo nome, situação do servidor, CPF e os valores dos respectivos débitos inscritos e considerados, visando auxiliar a COPAG no tratamento do débito.

CPLAN

A CPLAN informa, id 2670314, que diversas ações, no tocante à identificação/registro de créditos para a execução de projetos estratégicos, já foram identificadas por esta Coordenadoria de Planejamento Estratégico - CPLAN e aplicadas na elaboração do PDE 22/24 objetivando elevação da aderência orçamentária e, sobretudo, a não devolução de recursos financeiros ao TSE.

SOF

Quanto à manifestação da SOF, em suma, foram apresentadas as seguintes considerações, levando em conta as informações prestadas nos ids 2667300 (COFIN), 2670870 (SEPROG) e 2683657 (SOF):

A COFIN informa que *"foram apontados diversos problemas no pr 2021.0.000035122-3, com sugestão de reestruturação desta unidade no intuito de melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, alegando que nos últimos dez anos houve incremento nas atividades de caráter legal e contratual, deixando de lado atividades de nível gerencial, como atividades desempenhadas pela Contabilidade Gerencial."* Acrescenta, ainda, que *"há quantidade insuficiente de servidores especializados em Ciências Contábeis, destacando que atualmente apenas 1/4 da força de trabalho da COFIN é composta por servidores com cargo especializado, além do mais, alguns destes ocupam postos de chefia, que desempenham atividades gerenciais, e por consequência, não tem muito tempo disponível para desempenhar atividades de análise contábil, priorizando questões legais e contratuais."* Esclarece *"que o atendimento das recomendações referente à implantação da Contabilidade Gerencial e o aprimoramento das notas explicativa, sme, dependerá de reestruturação desta COFIN e acréscimo de servidores com cargos especializados."*

A SEPROG, por sua vez, esclareceu:

"...que desde o ano de 2019, esta SOF/Cofin/Seprog vem buscando otimizar seus controles próprios de modo a atuar de forma efetiva no acompanhamento dos registros e cobranças de débitos sob sua responsabilidade, com o objetivo de promover-se a "depuração" dos saldos contábeis. Como resultados, esclarece ainda que a unidade vem identificando e analisando as providências cabíveis a muitos valores ainda registrados na conta 11381.16.00, que não mais apresentam fundamentação para compor o Ativo do Tribunal, de modo a proporcionar o alinhamento contábil dos valores aqui mencionados ao estabelecido pela Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23 de setembro de 2016 e, por conseguinte, aos preceitos do MCASP 9ª Edição.

Em várias ocasiões, os esforços cabíveis à SOF/Cofin/Seprog para a cobrança de débitos decorrentes de falecimentos são esgotados e não se obtém êxito na recuperação dos valores. Dessa forma, torna-se necessário analisar quanto ao envio de documentação para verificação da medida judicial cabível junto à Procuradoria Regional da União (PRU2).

Nos casos em que há inventário aberto, independente do valor a ser restituído, os débitos que não são quitados após notificações expedidas pela SOF/Cofin/Seprog são encaminhados à Procuradoria Regional da União (PRU2) para análise da respectiva habilitação.

Ressalte-se que, nesses casos, a inscrição em dívida ativa da união (DAU) não pode ser solicitada, tendo em vista o teor do Parecer/PGFN/CDA nº 2348/2012, item 6, e do Parecer/PGFN/CDA Nº 1849/2013, itens 9, 20 e 28, indicando ser necessário o ajuizamento de ação judicial objetivando a cobrança junto a possíveis herdeiros/responsáveis.

Por vezes, não se tem notícia de inventário aberto, sendo necessário buscar a recuperação dos valores por meio da atuação da PRU, conforme mencionado.

Contudo, a Portaria AGU 377, de 25/08/2011, art. 2º, autoriza os órgãos da Procuradoria-Geral da União a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos da União, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a

R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Enfatizamos que sobre os valores dos acertos financeiros em comento não incidem atualização monetária e juros, com base no § 3º, art. 46 da Lei 8112/1990.

Como resultado, valores até R\$ 10.000,00, vêm figurando como ativos nos demonstrativos contábeis deste Egrégio por longos períodos, apresentando nenhuma ou baixíssima probabilidade de recebimento, uma vez que a PRU2 não aporá esforços na tentativa de recuperação por conta da relação custo x benefício verificada como desfavorável. Ou seja, são créditos que passam a figurar na categoria de incobráveis.

Dessa forma, a esses casos a SOF/Cofin/Seprog tem aplicado a análise do instituto do desconhecimento do ativo, conforme disciplinado no MCASP, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 2.1.2.

Nesse ponto, convém enfatizar que o valor mais expressivo registrado na conta contábil 1.1.3.8.1.16.00 refere-se ao débito apurado em nome da ex-pensionista NANCY PEREIRA RIBEIRO, cujo registro inicial foi no montante de R\$ 1.201.744,47 e, com o ajuizamento de ação pela Procuradoria Regional da União, foi atribuído à causa o valor de R\$ 4.556.178,05.

Dada a especificidade da origem do débito, pode-se considerar que o caso caracteriza-se como um outlier e, por óbvio, não traduz o comportamento normal de evolução da conta contábil.

A SOF, por fim, reproduziu, resumidamente, a manifestação da COFIN, ressaltando a dificuldade de implementar mudanças mais sensíveis com os recursos de pessoal atualmente disponíveis, por falta de profissionais com especialidade em contabilidade. Solicitou que: “em sendo mantidas as referidas recomendações, sobretudo as pertinentes aos itens 4 e 5, visando a evitar a criação de obrigações cujo eventual resultado negativo corresponda ao reflexo da demonstrada reduzida força técnica disponível, sejam incluídas nas recomendações a avaliação da necessidade de reforço na equipe técnica, com a inclusão de servidores com a devida formação em ciências contábeis, sem a qual a ampliação do número de tarefas técnicas da área a serem realizadas s.m.j. apresentaria-se insustentável técnica e logicamente.”

ASGERI

A ASGERI, fez um resumo das manifestações das unidades supracitadas, id 2686404, anexando, à informação, quadro com o conteúdo integral das manifestações, id 2686407, fazendo as seguintes considerações para consideração superior:

No que tange aos **itens 2 e 6**, as manifestações das unidades não ensejam mudanças nas recomendações propostas. Quanto às recomendações contidas nos demais itens, teço as seguintes considerações para avaliação:

1 - Fomentar o desenvolvimento e a implantação da Contabilidade Gerencial na Secretaria de Orçamento e Finanças - conforme as observações e conceituações descritas na Conclusão deste relatório -, com o objetivo de assistir a Alta Administração com dados e informações gerenciais tempestivas que subsidiem e fundamentem a tomada de decisão dos gestores. (IE31)

Nota-se que esta é a recomendação mais sensível à questão de reforço da equipe técnica apresentada pelo Sr. Secretário de Orçamento e Finanças, posto que traz em seu bojo o desenvolvimento de atividades que, de acordo com as informações contidas no Relatório Preliminar e aquelas prestadas pela SOF, não são atualmente desempenhadas pela unidade.

Presume-se, assim, que por demandar o desenvolvimento de novas atividades, o fomento recomendado requer a avaliação acerca da equipe técnica necessária a sua execução, sendo esta uma etapa que deverá integrar o planejamento das ações para o atendimento à recomendação, tornando, s.m.j., despicienda a inserção de recomendação com esse fim específico.

A respeito do assunto, ressalto que, ao se consultar o processo SEI nº 2021.0.000035122-3, é possível verificar que a demanda para reestruturação da unidade já vem sendo sinalizada desde meados de 2021, encontrando obstáculos em seu avanço devido ao processo de dimensionamento da força de trabalho em andamento neste Tribunal e à restrição da ocupação de funções comissionadas, imposta pela comunicação expedida no Ofício-Circular GAB-DG nº 9/2022 do Tribunal Superior Eleitoral. Atualmente o processo encontra-se sobrestado, aguardando a finalização do dimensionamento.

4 - Aprimorar as informações contidas nas Notas Explicativas, visando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Em especial, citem-se as seguintes oportunidades de melhoria, referentes aos demonstrativos contábeis especificados, conforme observações descritas nos itens Nota Explicativa e na Conclusão deste relatório. (IE32)

Em que pesem as ponderações apresentadas pelo Sr. Secretário de Orçamento e Finanças, parece-me que o detalhamento apresentado pela equipe de auditoria para o aprimoramento das informações constitui mera exemplificação. Nesse sentido, apesar de desejável a implementação de todas as oportunidades ali elencadas, o atendimento à recomendação não estaria vinculado à observação de todos os itens detalhados. Assim, seria possível identificar melhorias possíveis de serem implementadas, com os recursos atualmente disponíveis na Secretaria.

Neste ponto, merece ser esclarecida a recomendação pela auditoria, uma vez que a implementação do conjunto das oportunidades na forma detalhada requer dedicação de equipe voltada à contabilidade gerencial, vinculando-se, portanto, às mesmas considerações apresentadas anteriormente no item 1.

5 - Explicitar, ainda, em notas explicativas e em outros controles gerenciais, os repasses de recursos concedidos pelo TSE através da descentralização de recursos, uma vez que, pelo fato de não serem explicitados no Balanço Orçamentário, prejudicam a transparência e a compreensão do usuário acerca

das informações orçamentárias e financeiras, conforme observações descritas no item **Balanco Orçamentário e na Conclusão deste relatório. (IE32)**

O Sr. Secretário de Orçamento e Finanças relaciona a necessidade de reforço na equipe técnica a esta recomendação, em virtude da complexidade de aprimoramento das notas explicativas. Ocorre que, da leitura do item, verifica-se que, s.m.j., tal recomendação não se relaciona ao aprimoramento das notas explicativas, mas à necessidade de que sejam divulgados os repasses dos recursos concedidos pelo TSE, para melhor compreensão das contas. A utilização da nota explicativa constituiria apenas o meio a ser utilizado para a inserção da informação.

6 - Atentar para o crescimento do saldo da conta Demais Crédito de Valores de Curto Prazo, 1.1.3.0.0.00.00, especificamente quanto aos valores devidos ao TRE-RJ por pagamentos indevidos a servidores/membros/pensionistas por motivo de saída, vacância ou falecimento, e tomar as medidas necessárias, conforme observações descritas no item Situação Patrimonial e na Conclusão deste Relatório. (IE32)

O Sr. Chefe da Seção de Programação Financeira e Apuração de Custos apresentou no id. 2670870 esclarecimentos sobre os procedimentos adotados e a existência de caso específico que influenciou na elevação abrupta da conta contábil, o que pode vir a ensejar revisão da recomendação proposta.

DG

A Diretoria-Geral, em seu despacho id 2686411, acolheu a informação da ASGERI.

V. MANIFESTAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA

Em atenção às informações prestadas, cumpre destacar que as recomendações 4 e 5 do relatório preliminar, correspondentes às recomendações 2.2.1 e 2.2.2 deste Relatório Final, foram objeto de questionamento pela SOF, principalmente em relação à "reduzida força técnica disponível" na unidade para implementar as referidas recomendações.

Acerca dessas mesmas recomendações, a ASGERI, por sua vez, solicita, quanto à recomendação 2.2.1, maiores esclarecimentos, entendendo que "o detalhamento apresentado pela equipe de auditoria para o aprimoramento das informações constitui mera exemplificação." Quanto à recomendação 2.2.2, entende que não se trata de reforço de equipe técnica, "mas à necessidade de que sejam divulgados os repasses dos recursos concedidos pelo TSE, para melhor compreensão das contas. A utilização da nota explicativa constituiria apenas o meio a ser utilizado para a inserção da informação."

Com relação às recomendações 2.2.1 e 2.2.2, a equipe de auditoria ressalta que as referidas recomendações visam a não só aprimorar o conteúdo das Notas Explicativas, como também a buscar atendimento, o tanto quanto possível, à legislação contábil e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Dessa forma, essas recomendações foram elaboradas com o intuito de promover melhorias na elaboração e publicação das Notas Explicativas que integram os demonstrativos contábeis, promovendo maior fidedignidade e transparência das informações, dada a sua relevância social e institucional, como já descrito ao longo do relatório.

Convém, assim, transcrever o item 8.1 do MCASP, o qual estabelece não só a definição de Notas Explicativas como também sua relevância e objetivo:

"Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações."

Quanto às propostas de aprimoramento das informações contidas nas Notas Explicativas referentes aos demonstrativos contábeis especificados, **recomendação 2.2.1**, essas guardam relação com o MCASP e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública - NBC TSP, porém, não pretendem esgotar seu conteúdo, são meramente exemplificativas. Para maiores esclarecimentos, são elencados abaixo itens do MCASP que abordam o conteúdo a ser divulgado em notas explicativas referentes aos demonstrativos contábeis específicos:

- **Balanco Patrimonial** - MCASP, 9ª edição, item 4.3, página 514:

"Recomenda-se o detalhamento em notas explicativas pelo menos dos seguintes itens: (i) Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; (ii) Imobilizado; (iii) Intangível; (iv) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; (v) Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens; (vi) Componentes do patrimônio líquido, segregando resultados acumulados e quaisquer reservas; (vii) Demais elementos patrimoniais, quando relevantes."

- **Demonstrações das Variações Patrimoniais** - MCASP, 9ª edição, item 5.3, página 525:

"A DVP deverá ser acompanhada de notas explicativas, divulgando separadamente a natureza e valores dos itens relevantes que compõem as VPA e as VPD.

Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam

relevantes, por exemplo: a. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções; b. Baixas de itens do ativo imobilizado; c. Baixas de investimento; d. Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação; e. Unidades operacionais descontinuadas; f. Constituição ou reversão de provisões."

- **Balanco Orçamentário** - MCASP, 9ª edição, item 2.3, página 494:

"O Balanco Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, ao menos: a. o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado; b. o período a que se refere o orçamento; c. as entidades abrangidas; d. o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante; e. o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); f. a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário; g. as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária; h. o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente; Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição 495 MCASP 2022 Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público i. o detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; j. conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa."

- **Balanco Financeiro** - MCASP, 9ª edição, item 3.3, página 507:

"Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanco Financeiro. Sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento deverá ser evidenciado em notas explicativas. É o caso, por exemplo, da forma de contabilização de retenções. A depender da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido. Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanco Financeiro, deverão ser evidenciados em notas explicativas. As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções. O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos pode ser apresentado em quadros anexos ao Balanco Financeiro e em Notas Explicativas."

- **Demonstrações de Fluxo de Caixa** - MCASP, 9ª edição, item 6.4, página 533:

"A DFC deverá ser acompanhada de notas explicativas quando os itens que compõem os fluxos de caixa forem relevantes. A entidade deve divulgar, juntamente com comentário da administração em nota explicativa, os valores significativos de saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso pela entidade econômica. Entre os exemplos estão saldos de caixa e equivalentes de caixa em poder de entidade controlada no qual se apliquem restrições legais que impeçam o uso geral dos saldos pela Secretaria do Tesouro Nacional – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição 534 MCASP 2022 Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público entidade controladora ou outras entidades controladas, além dos depósitos de terceiros, quando classificados como caixa e equivalente de caixa. Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade. A divulgação de tais informações, juntamente com as respectivas descrições contidas em notas explicativas, é recomendada e pode incluir: a. o montante de linhas de crédito obtidas, mas não utilizadas, que podem estar disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer a compromissos de capital, indicando restrições, se houver, sobre o uso de tais linhas de crédito; e b. o montante e a natureza de saldos de caixa não disponíveis; c. descrição dos itens incluídos no conceito de caixa e equivalente de caixas; d. conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanco Patrimonial, justificando eventuais diferenças."

Em tempo, ainda em relação à **recomendação 2.2.1**, cabe atentar para proposta de encaminhamento expedida no âmbito do Relatório Consolidado de Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral nº 1/2022, referente à Auditoria no Processo de Contas 2021, processo SEI 2022.0.000030243-1:

"Orientar as unidades de contabilidade dos TRES que, enquanto não for disponibilizada solução pela STN e SPU, realize a separação de valores de edificações e terrenos em Notas Explicativas."

Especificamente quanto à **recomendação 2.2.2**, o item 2.3, página 495, do MCASP - 9ª edição anuncia que "os Balancos Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício."

No que tange à solicitação da Secretaria de Orçamento e Finanças, acerca da inclusão de recomendação de auditoria propondo alteração no quadro de pessoal da SOF, esta não é cabível neste trabalho, em razão da auditoria em questão se propor à realização de análise das demonstrações contábeis do Tribunal, sem qualquer pretensão relacionada à avaliação da estrutura orgânica daquela Secretaria.

Quanto à recomendação 6 do relatório preliminar, tendo em vista que a conta 1.1.3.0.0.00.00 - Demais Créditos de Valores de Curto Prazo, foi selecionada pelo critério de relevância qualitativa para compor o escopo da Auditoria nas Contas Anuais do exercício de 2022 - Ciclo Contábil Gestão de Pessoas, deixamos de expedir tal recomendação em razão do saldo da referida conta estar sendo objeto de análise mais detalhada no âmbito daquela auditoria nas contas anuais.

Analisadas as manifestações das unidades, propõe-se o cancelamento da recomendação 6 - *Atentar para o crescimento do saldo da conta Demais Crédito de Valores de Curto Prazo, 1.1.3.0.0.00.00, especificamente quanto aos valores devidos ao TRE-RJ por pagamentos indevidos a servidores/membros/pensionistas por motivo de saída, vacância ou falecimento, e tomar as medidas necessárias, conforme observações descritas no item Situação Patrimonial e na Conclusão deste Relatório. (IE32)*, pelo motivo acima relatado, sendo mantidas as demais recomendações de auditoria.

V - PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, submete-se o presente Relatório Final de Auditoria, propondo:

1) dar ciência do inteiro teor deste relatório à Presidência do Tribunal e aos titulares das unidades abaixo indicadas;

2) expedir as seguintes recomendações, com fundamento no art. 37 da Resolução TRE-RJ nº 1.176/2021:

2.1) À Alta Administração:

2.1.1 - Fomentar o desenvolvimento e a implantação da Contabilidade Gerencial na Secretaria de Orçamento e Finanças - conforme as observações e conceituações descritas na *Conclusão* deste relatório -, com o objetivo de assistir a Alta Administração com dados e informações gerenciais tempestivas que subsidiem e fundamentem a tomada de decisão dos gestores. **(IE31)**

2.1.2 - Reforçar o alinhamento do orçamento com a estratégia, por meio da identificação de projetos estratégicos que envolvam recursos financeiros, a fim de otimizar a utilização dos recursos orçamentários, evitando a devolução de dotação ao TSE, conforme desenvolvido no item *Situação Orçamentária* e na *Conclusão* deste relatório. **(IE32)**

2.2 - À Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)

2.2.1 - Aprimorar as informações contidas nas *Notas Explicativas*, em cumprimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e às Normas Brasileiras de Contabilidade Pública (NBC TSP), visando a facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Em especial, citem-se as seguintes oportunidades de melhoria, referentes aos demonstrativos contábeis especificados, conforme observações descritas nos itens *Nota Explicativa* e na *Conclusão* deste relatório. **(IE32)**

- Balanço Patrimonial: atentar para o detalhamento em notas explicativas pelo menos dos seguintes itens: (i) Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; (ii) Imobilizado; (iii) Intangível; (iv) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; (v) Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens; (vi) Componentes do patrimônio líquido, segregando resultados acumulados e quaisquer reservas; (vii) Demais elementos patrimoniais, quando relevantes;
- Demonstração das Variações Patrimoniais: (i) aprimorar o detalhamento em notas explicativas até o 3º nível e (ii) associar as informações às análises do patrimônio líquido do balanço patrimonial.
- Balanço Orçamentário: aprimorar as notas explicativas incluindo as seguintes informações: (i) detalhar a evolução da dotação orçamentária, inicial e atualizada, no transcorrer do exercício, (ii) realizar a conciliação do Balanço Orçamentário com o Demonstrativo de Fluxo de Caixa.
- Balanço Financeiro: Aprimorar as notas explicativas incluindo as seguintes informações: (i) critério utilizado na retenção e, no caso de considerar pago no momento da liquidação, incluir o ajuste pertinente; (ii) detalhar as deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos caso não conste nos quadros anexos ao Balanço Financeiro.

2.2.2 - Explicitar, ainda, em notas explicativas e em outros controles gerenciais, em cumprimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os repasses de recursos concedidos pelo TSE através da descentralização de recursos, uma vez que, pelo fato de não serem explicitados no Balanço Orçamentário, prejudicam a transparência e a compreensão do usuário acerca das informações orçamentárias e financeiras, conforme observações descritas no item *Balanço Orçamentário* e na *Conclusão* deste relatório. **(IE32)**

2.2.3 - Avaliar o incremento no saldo de *Restos a Pagar*, comparativamente aos anos analisados, visando a

reduzir seu montante, conforme observações descritas no item *Balanço Financeiro* e na *Conclusão* deste relatório. (IE32)

Ressalte-se que o presente relatório de auditoria contém, entre seus anexos, o Sumário Executivo (id 2680638), que consiste na síntese do trabalho executado, abrangendo seu objetivo, principais constatações e recomendações direcionadas às áreas responsáveis. A Ficha-Síntese deste trabalho de auditoria segue em peça externa ao relatório (id 2731048).

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2022

ELIZABETH SILVA VIANA
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 31/10/2022, às 19:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

KONSTANZA DE FARIA NOVO
CHEFE DA SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA



Documento assinado eletronicamente em 31/10/2022, às 19:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDREA CORREA DE SA E SOUZA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)



Documento assinado eletronicamente em 31/10/2022, às 19:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2679393** e o código CRC **801A99B8**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL - ANO ELEITORAL
ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO	2016			2018			2020			
	ANÁLISE VERTICAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL			
ATIVO CIRCULANTE	16.372.740,26	14%	16.222.227,66	15.187.840,78	16%	-7%	20.209.863,47	17.354.958,39	22%	14%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.993.318,30	9%	3.458.192,45	3.237.685,81	3%	-46%	6.093.246,44	5.232.496,43	7%	62%
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	7.543.983,25	6.478.297,87	8%	100%
Demais Créditos e Valores	-	-	-	-	-	-	7.543.983,25	6.478.297,87	8%	100%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.412.183,81	5%	7.515.643,26	7.036.419,14	7%	30%	-	-	-	-100%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	4.899.699,45	4%	4.988.886,65	4.670.777,51	5%	-5%	6.459.415,26	5.546.939,16	7%	19%
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	0%	-	-	-	-	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	67.538,70	0%	259.505,30	242.958,32	0%	260%	113.218,52	97.224,94	0%	-60%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	102.753.599,20	86%	87.414.455,99	81.840.599,65	84%	-20%	71.594.097,96	61.480.503,97	78%	-25%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	100.422.483,11	84%	82.193.802,35	76.952.833,44	79%	-23%	67.877.875	58.289.245,73	74%	-24%
Bens Móveis	73.357.196,71	62%	57.056.351,05	53.418.235,36	55%	-27%	44.711.582,68	38.395.492,29	49%	-28%
Bens Móveis	114.429.897,72	96%	110.086.046,43	103.066.568,92	106%	-10%	80.862.143,44	69.439.317,93	88%	-33%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-41.072.701,01	-34%	-53.029.695,38	-49.648.333,56	-51%	-21%	-36.150.560,76	-31.043.825,64	-39%	37%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens Imóveis	27.065.286,40	23%	25.137.451,30	23.534.598,08	24%	-13%	23.166.292,41	19.893.753,44	25%	-15%
Bens Imóveis	27.699.659,53	23%	27.755.714,16	25.985.911,20	27%	-6%	27.844.567,87	23.911.161,87	30%	-8%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-634.373,13	-1%	-2.618.262,86	-2.451.313,12	-3%	-286%	-4.678.275,46	-4.017.408,43	-5%	-64%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	2.331.116,09	2%	5.220.653,64	4.887.766,21	5%	110%	3.716.222,87	3.191.258,24	4%	-35%
Softwares	2.331.116,09	2%	5.220.653,64	4.887.766,21	5%	110%	3.716.222,87	3.191.258,24	4%	-35%
Softwares	2.331.116,09	2%	5.220.653,64	4.887.766,21	5%	110%	5.422.587,62	4.656.576,86	6%	-5%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-	-	-	-	-1.706.364,75	-1.465.318,62	-2%	-100%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	119.126.339,46	100%	103.636.683,65	97.028.440,43	100%	-19%	91.803.961,43	78.835.462,36	100%	-19%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTABIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL - ANO ELEITORAL
ANEXO I

PASSIVO										
ESPECIFICAÇÃO	2016			2018			2020			
		ANÁLISE VERTICAL		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
PASSIVO CIRCULANTE	11.894.958,92	10%	30.130.452,07	28.209.227,38	29%	137%	25.342.123,94	21.762.220,57	28%	-23%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	10.105.736,67	8%	22.479.742,56	21.046.354,29	22%	108%	23.321.806,80	20.027.299,40	25%	-5%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.101.465,96	1%	6.947.115,35	6.504.142,59	7%	490%	1.279.214,08	1.098.508,52	1%	-83%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	687.756,29	1%	703.594,16	658.730,50	1%	-4%	741.103,06	636.412,65	1%	-3%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	11.894.958,92	10%	30.130.452,07	28.209.227,38	29%	137%	25.342.123,94	21.762.220,57	28%	-23%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPECIFICAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Reservas	31.200,00	0%	-	-	-	-100%	-	-	-	-
Resultados Acumulados	107.200.180,54	90%	73.506.231,58	68.819.213,05	71%	-36%	66.461.837,49	57.073.241,79	72%	-17%
Resultado do Exercício	50.248.707,52	42%	-22.449.343,96	-21.017.894,02	-22%	-142%	194.943,76	167.405,43	0%	-101%
Resultados de Exercícios Anteriores	75.395.714,90	63%	92.489.464,38	86.592.007,47	89%	15%	66.311.794,06	56.944.393,94	72%	-34%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-18.444.241,88	-15%	3.466.111,16	3.245.099,60	3%	118%	-44.900,33	38.557,58	0%	-101%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.231.380,54	90%	73.506.231,58	68.819.213,05	71%	-36%	66.461.837,49	57.073.241,79	72%	-17%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.126.339,46	100%	103.636.683,65	97.028.440,43	100%	-19%	91.803.961,43	78.835.462,36	100%	-19%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL - ANO NÃO ELEITORAL
ANEXO II

ATIVO	2017			2019			2021				
		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
ATIVO CIRCULANTE	12.666.652,20	12.303.693,25	12%	20.728.345,35	18.604.766,94	21%	51%	23.477.288,29	18.318.023,91	12%	-2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.584.704,68	3.481.986,09	3%	5.174.545,95	4.644.423,84	5%	33%	6.024.716,18	4.700.751,37	3%	1%
Créditos a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	8.494.361,94	6.627.678,77	4%	100%
Demais Créditos e Valores (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo)	3.962.696,85	3.849.147,01	4%	7.522.977,91	6.752.263,55	8%	75%	8.494.361,94	6.627.678,77	4%	-2%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	5.036.560,22	4.892.239,16	5%	7.823.978,36	7.022.427,09	8%	44%	8.898.859,95	6.943.286,10	4%	-1%
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	82.690,45	80.320,98	0%	206.843,13	185.652,46	0%	131%	59.350,22	46.307,68	0%	-75%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	94.081.047,85	91.385.184,90	88%	78.537.559,35	70.491.540,11	79%	-23%	180.074.084,44	140.501.805,16	88%	99%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	90.857.624,05	88.254.127,29	85%	74.345.499,29	66.728.948,39	75%	-24%	176.909.624,21	138.032.752,63	87%	107%
Bens Móveis	65.036.180,90	63.172.589,51	61%	51.550.735,07	46.269.463,16	52%	-27%	62.244.046,03	48.565.571,53	31%	5%
Bens Móveis	114.396.010,65	111.118.028,80	107%	114.606.288,99	102.865.098,99	115%	-7%	100.204.459,71	78.183.973,66	49%	-24%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-49.359.829,75	-47.945.439,29	-46%	-63.055.553,92	-56.595.635,83	-64%	-18%	-37.960.413,68	-29.618.402,13	-19%	48%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens Imóveis	25.821.443,15	25.081.537,79	24%	22.794.764,22	20.459.485,24	23%	-18%	114.665.578,18	89.467.181,10	56%	337%
Bens Imóveis	27.706.559,53	26.912.636,75	26%	27.821.467,87	24.971.212,94	28%	-7%	120.683.782,36	94.162.851,52	59%	277%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.885.116,38	-1.831.098,96	-2%	-5.026.703,65	-4.511.727,70	-5%	-146%	-6.018.204,18	-4.695.670,42	-3%	-4%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	3.223.423,80	3.131.057,60	3%	4.192.060,06	3.762.591,71	4%	20%	3.164.460,23	2.469.052,54	2%	-34%
Softwares	3.223.423,80	3.131.057,60	3%	4.192.060,06	3.762.591,71	4%	20%	3.164.460,23	2.469.052,54	2%	-34%
Softwares	3.223.423,80	3.131.057,60	3%	5.267.953,62	4.728.282,08	5%	51%	5.394.361,29	4.208.920,46	3%	-11%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	-	-1.075.893,56	-965.670,37	-1%	-100%	-2.229.901,06	-1.739.867,93	-1%	-80%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
Diferido	-	-	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-
TOTAL DO ATIVO	106.747.700,05	103.688.878,14	100%	99.265.904,70	89.096.307,04	100%	-14%	203.551.372,73	158.819.829,08	100%	78%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO PATRIMONIAL - ANO NÃO ELEITORAL
ANEXO II

PASSIVO													
			2017			2019			2021				
			SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL		SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL		
PASSIVO CIRCULANTE			14.258.235,67	13.849.670,39	13%	32.954.110,64	29.578.026,50	33%	114%	6.981.664,18	5.447.404,74	3%	-82%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			12.361.186,83	12.006.980,89	12%	31.196.925,45	28.000.861,50	31%	133%	4.213.206,50	3.287.330,99	2%	-88%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			1.276.546,95	1.239.967,90	1%	739.835,82	664.041,09	1%	-46%	1.610.760,03	1.256.786,58	1%	89%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo			71.114,94	69.077,16	0%	-	-	0%	-100%	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo			549.386,95	533.644,44	1%	1.017.349,37	913.123,92	1%	71%	1.157.697,65	903.287,17	1%	-1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Diferido			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			14.258.235,67	13.849.670,39	13%	32.954.110,64	29.578.026,50	33%	114%	6.981.664,18	5.447.404,74	3%	-82%
ESPECIFICAÇÃO													
Patrimônio Social e Capital Social			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Reservas de Capital			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Demais Reservas			-	-	-	-	-	0%	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados			92.489.464,38	89.839.207,75	87%	66.311.794,06	59.518.280,54	67%	-34%	196.569.708,55	153.372.424,34	97%	158%
Resultado do Exercício			-11.562.432,69	-11.231.114,80	-11%	-7.852.450,92	7.047.982,69	-8%	37%	110.847.797,97	86.488.379,28	54%	1327%
Resultados de Exercícios Anteriores			107.200.180,54	104.128.392,95	100%	73.506.231,58	65.975.662,02	74%	-37%	66.461.837,49	51.856.479,91	33%	-21%
Ajustes de Exercícios Anteriores			-3.148.283,47	-3.058.070,39	-3%	658.013,40	590.601,22	1%	119%	19.260.073,09	15.027.565,16	9%	2444%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			92.489.464,38	89.839.207,75	87%	66.311.794,06	59.518.280,54	67%	-34%	196.569.708,55	153.372.424,34	97%	158%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			106.747.700,05	103.688.878,14	100%	99.265.904,70	89.096.307,04	100%	-14%	203.551.372,73	158.819.829,08	100%	78%

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANOS ELEITORAIS
ANEXO III**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS										
	2016	Análise Vertical	2018	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2020	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	575.777.197,65	100%	568.801.130,05	532.532.348,77	100%	-8%	591.849.565,49	508.243.145,67	100%	-5%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	115,32						115,32	99,03	0%	100%
Impostos	-		-	-			-	-		
Taxas	-		-	-			115,32	99,03	0%	100%
Contribuições de Melhoria	-		-	-			-	-		
Contribuições										
Contribuições Sociais	-		-	-			-	-		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-		-	-			-	-		
Contribuição de Iluminação Pública	-		-	-			-	-		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-		-	-			-	-		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.217,85	0%	1.245,70	1.166,27	0%	-47%				-100%
Venda de Mercadorias	-		-	-			-	-		
Vendas de Produtos	-		-	-			-	-		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.217,85	0%	1.245,70	1.166,27	0%	-47%	-	-		-100%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	463,40	0%	1.455,82	1.362,99	0%	194%	2.221,82	1.907,96	0%	40%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-		-	-			-	-		
Juros e Encargos de Mora	463,40	0%	667,49	624,93	0%	35%	2.221,82	1.907,96	0%	205%
Variações Monetárias e Cambiais	-		788,33	738,06	0%	100%	-	-		-100%
Descontos Financeiros Obtidos	-		-	-			-	-		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-		-	-			-	-		
Aportes do Banco Central	-		-	-			-	-		
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-		-	-			-	-		
Transferências e Delegações Recebidas	508.115.461,42	88%	549.128.463,93	514.114.081,75	97%	1%	574.387.448,65	493.247.779,09	97%	-4%
Transferências Intragovernamentais	504.976.651,04	88%	542.709.566,10	508.104.475,65	95%	1%	570.380.507,15	489.806.870,00	96%	-4%
Transferências Intergovernamentais	-		-	-			-	-		
Transferências das Instituições Privadas	-		-	-			-	-		
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-		-	-			-	-		
Transferências de Consórcios Públicos	-		-	-			-	-		
Transferências do Exterior	-		-	-			-	-		
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-		-	-			-	-		
Transferências de Pessoas Físicas	-		-	-			-	-		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.138.810,38	1%	6.418.897,83	6.009.606,09	1%	91%	4.006.941,50	3.440.909,09	1%	-43%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	44.711.221,83	8%	6.747.675,05	6.317.419,31	1%	-86%	11.244.776,09	9.656.305,77	2%	53%
Reavaliação de Ativos	-		-	-			819.336,56	703.594,65	0%	100%
Ganhos com Alienação	-		-	-			-	-		
Ganhos com Incorporação de Ativos	44.670.342,79	8%	4.553.643,40	4.263.286,92	1%	-90%	1.201.885,73	1.032.103,80	0%	-76%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	40.879,04	0%	2.194.031,65	2.054.132,40	0%	4925%	9.223.553,80	7.920.607,31	2%	286%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-		-	-			-	-		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.947.833,15	4%	12.922.289,55	12.098.318,45	2%	-47%	6.215.003,61	5.337.053,82	1%	-56%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-		-	-			-	-		
Resultado Positivo de Participações	-		-	-			-	-		
Operações da Autoridade Monetária	-		-	-			-	-		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-		-	-			-	-		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	22.947.833,15	4%	12.922.289,55	12.098.318,45	2%	-47%	6.215.003,61	5.337.053,82	1%	-56%

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANOS ELEITORAIS
ANEXO III**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	525.528.490,13	100%	591.250.474,01	553.550.242,79	100%	5%	591.654.621,73	508.075.740,24	100%	-8%
Pessoal e Encargos	303.560.674,80	58%	353.276.688,29	330.750.511,28	60%	9%	354.066.616,31	304.050.119,05	60%	-8%
Remuneração a Pessoal	238.852.808,12	45%	273.874.577,50	256.411.361,23	46%	7%	278.710.165,38	239.338.743,22	47%	-7%
Encargos Patronais	37.906.773,77	7%	44.952.785,98	42.086.436,61	8%	11%	59.237.779,59	50.869.675,67	10%	21%
Benefícios a Pessoal	26.801.092,91	5%	25.384.099,81	23.765.519,40	4%	-11%	16.118.671,34	13.841.700,16	3%	-42%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-	9.065.225,00	8.487.194,04	2%	100%	-	-	-	-100%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	131.245.026,75	25%	146.118.607,86	136.801.566,19	25%	4%	160.701.771,11	138.000.563,70	27%	1%
Aposentadorias e Reformas	85.518.379,97	16%	94.116.867,33	88.115.641,43	16%	3%	98.531.448,17	84.612.604,43	17%	-4%
Pensões	45.469.328,70	9%	51.676.759,59	48.381.665,77	9%	6%	53.351.987,85	45.815.328,28	9%	-5%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Eventuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	257.318,08	0%	324.980,94	304.259,00	0%	18%	8.818.335,09	7.572.631,00	1%	2389%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	62.557.094,42	12%	70.716.913,60	66.207.751,90	12%	6%	67.953.503,87	58.354.190,96	11%	-12%
Uso de Material de Consumo	5.629.883,69	1%	8.966.796,70	8.395.041,88	2%	49%	8.984.723,10	7.715.514,55	2%	-8%
Serviços	48.065.330,86	9%	50.824.757,53	47.583.990,38	9%	-1%	46.954.059,90	40.321.190,55	8%	-15%
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.861.879,87	2%	10.925.359,37	10.228.719,63	2%	15%	12.014.720,87	10.317.485,87	2%	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.932,04	0%	9.178,29	8.593,05	0%	-4%	295,37	253,65	0%	-97%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	8.911,22	0%	9.132,66	8.550,33	0%	-4%	206,73	177,53	0%	-98%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	20,82	0%	45,63	42,72	0%	105%	88,64	76,12	0%	78%
Aportes ao Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	27.643.955,48	5%	18.056.918,54	16.905.545,25	3%	-39%	6.689.638,22	5.744.640,14	1%	-66%
Transferências Intragovernamentais	23.008.295,64	4%	12.983.500,09	12.155.625,99	2%	-47%	6.044.319,63	5.190.481,16	1%	-57%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.635.659,84	1%	5.073.418,45	4.749.919,26	1%	2%	645.318,59	554.158,98	0%	-88%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	426.009,56	0%	2.943.612,20	2.755.917,03	0%	547%	2.144.848,09	1.841.860,51	0%	-33%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com Alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas Involuntárias	63.386,51	0%	1.150.079,56	1.076.746,40	0%	1599%	425.571,45	365.453,97	0%	-66%
Incorporação de Passivos	84.141,98	0%	-	-	-	-100%	-	-	-	-
Desincorporação de Ativos	278.481,07	0%	1.793.532,64	1.679.170,63	0%	503%	1.719.276,64	1.476.406,54	0%	-12%
Tributárias	67.849,41	0%	80.216,70	75.101,80	0%	11%	77.569,97	66.612,21	0%	-11%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.112,20	0%	12.534,88	11.735,61	0%	-10%	13.618,22	11.694,47	0%	0%
Contribuições	54.737,21	0%	67.681,82	63.366,19	0%	16%	63.951,75	54.917,74	0%	-13%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.947,67	0%	48.338,53	45.256,29	0%	139%	20.378,79	17.500,02	0%	-61%
Premiações	-	-	480,89	450,23	0%	100%	-	-	-	-100%
Resultado Negativo de Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	18.947,67	0%	47.857,64	44.806,07	0%	136%	20.378,79	17.500,02	0%	-61%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	50.248.707,52		-22.449.343,96	-21.017.894,02		-142%	194.943,76	167.405,43		101%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANO NÃO ELEITORAL

ANEXO IV

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS											
	2017	Sem Inflação	Análise Vertical	2019	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2021	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	518.552.308,94	503.693.354,97	100%	586.686.882,61	526.581.959,73	100%	5%	677.849.294,89	528.888.150,99	100%	0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.864.254,54	3.753.525,54	1%	246,10	220,89	0%	-100%	7,02	5,48	0%	-98%
Venda de Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vendas de Produtos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.864.254,54	3.753.525,54	1%	246,10	220,89	0%	-100%	7,02	5,48	0%	-98%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	402,57	391,03	0%	1.133,38	1.017,27	0%	160%	1.403,93	1.095,41	0%	8%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	402,57	391,03	0%	1.133,38	1.017,27	0%	160%	1.403,93	1.095,41	0%	8%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aportes do Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	506.132.815,83	491.629.738,54	98%	576.153.527,15	517.127.725,92	98%	5%	577.455.021,15	450.556.075,98	85%	-13%
Transferências Intragovernamentais	505.732.982,20	491.241.362,02	98%	576.150.464,32	517.124.976,87	98%	5%	575.980.266,68	449.405.406,99	85%	-13%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	399.833,63	388.376,52	0%	3.062,83	2.749,05	0%	-99%	1.474.754,47	1.150.668,99	0%	41757%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	416.637,79	404.699,16	0%	1.203.886,54	1.080.550,72	0%	167%	94.081.704,77	73.406.728,09	14%	6693%
Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	92.392.024,23	72.086.364,23	14%	100%
Ganhos com Alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	311.558,94	302.631,32	0%	1.197.419,87	1.074.746,55	0%	255%	1.413.546,21	1.102.911,59	0%	3%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	105.078,85	102.067,85	0%	6.466,67	5.804,17	0%	-94%	276.134,33	215.452,28	0%	3612%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.138.198,21	7.905.000,69	2%	9.328.089,44	8.372.444,93	2%	6%	6.311.158,02	4.924.246,02	1%	-41%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	8.138.198,21	7.905.000,69	2%	9.328.089,44	8.372.444,93	2%	6%	6.311.158,02	4.924.246,02	1%	-41%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANO NÃO ELEITORAL

ANEXO IV

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	530.114.741,63	514.924.469,77	100%	594.539.333,53	533.629.942,42	100%	4%	567.001.496,92	442.399.771,71	100%	-17%
Pessoal e Encargos	318.743.578,36	309.610.080,97	60%	364.358.760,59	327.030.918,68	61%	6%	360.433.625,15	281.226.335,99	64%	-14%
Remuneração a Pessoal	250.209.825,49	243.040.141,32	47%	290.854.608,70	261.057.123,29	49%	7%	283.316.310,92	221.055.979,49	50%	-15%
Encargos Patronais	42.703.094,76	41.479.450,96	8%	48.657.843,88	43.672.943,01	8%	5%	61.209.440,81	47.758.326,54	11%	9%
Benefícios a Pessoal	25.830.658,11	25.090.488,69	5%	24.823.088,01	22.280.011,23	4%	4%	15.886.393,42	12.395.270,31	3%	-44%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-	-	23.220,00	20.841,16	0%	100%	21.480,00	16.759,65	0%	-20%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	141.755.280,98	137.693.327,81	27%	155.950.288,39	139.973.486,56	26%	2%	153.278.233,24	119.594.490,95	27%	-15%
Aposentadorias e Reformas	88.648.309,72	86.108.120,17	17%	101.734.773,60	91.312.245,16	17%	6%	91.284.780,33	71.224.443,32	16%	-22%
Pensões	52.863.412,92	51.348.628,38	10%	54.043.398,01	48.506.757,66	9%	-6%	52.734.637,95	41.145.908,64	9%	-15%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Eventuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	243.558,34	236.579,25	0%	172.116,78	154.483,75	0%	-35%	9.258.814,96	7.224.139,00	2%	4576%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	56.595.166,57	54.973.449,80	11%	62.579.369,30	56.168.235,39	11%	2%	45.342.530,77	35.378.258,03	8%	-37%
Uso de Material de Consumo	1.695.681,88	1.647.092,65	0%	1.597.820,25	1.434.126,69	0%	-13%	1.474.398,15	1.150.390,98	0%	-20%
Serviços	42.974.639,02	41.743.214,20	8%	47.806.164,57	42.908.516,57	8%	3%	33.335.853,73	26.010.114,89	6%	-39%
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.924.845,67	11.583.142,95	2%	13.175.384,48	11.825.592,13	2%	2%	10.532.278,89	8.217.752,16	2%	-31%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.135,80	2.074,60	0%	6.855,48	6.153,15	0%	197%	555,52	433,44	0%	-93%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.085,47	2.025,71	0%	6.754,71	6.062,70	0%	199%	537,97	419,75	0%	-93%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	50,33	48,89	0%	100,77	90,45	0%	85%	17,55	13,69	0%	-85%
Aportes ao Banco Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	10.677.927,02	10.371.954,37	2%	9.398.948,76	8.436.044,85	2%	-19%	6.756.632,83	5.271.825,27	1%	-38%
Transferências Intragovernamentais	8.032.178,25	7.802.018,70	2%	9.342.834,58	8.385.679,46	2%	7%	6.286.553,56	4.905.048,53	1%	-42%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.645.748,77	2.569.935,67	0%	56.114,18	50.365,39	0%	-98%	470.079,27	366.776,74	0%	628%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.267.197,15	2.202.231,33	0%	2.139.653,63	1.920.450,30	0%	-13%	1.093.653,33	853.316,94	0%	-56%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com Alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas Involuntárias	314.046,03	305.047,14	0%	913.503,15	819.916,54	0%	169%	19.527,17	15.235,97	0%	-98%
Incorporação de Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desincorporação de Ativos	1.953.151,12	1.897.184,19	0%	1.226.150,48	1.100.533,76	0%	-42%	1.074.126,16	838.080,98	0%	-24%
Tributárias	48.318,68	46.934,12	0%	78.544,04	70.497,36	0%	50%	74.882,08	58.426,33	0%	-17%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.841,87	18.301,96	0%	14.844,05	13.323,31	0%	-27%	14.216,54	11.092,38	0%	-17%
Contribuições	29.476,81	28.632,16	0%	63.699,99	57.174,05	0%	100%	60.665,54	47.333,95	0%	-17%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.137,07	24.416,78	0%	26.913,34	24.156,12	0%	-1%	21.384,00	16.684,75	0%	-31%
Premiações	4.910,00	4.769,31	0%	-	-	0%	-100%	-	-	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20.227,07	19.647,47	0%	26.913,34	24.156,12	0%	23%	21.384,00	16.684,75	0%	-31%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.562.432,69	-11.231.114,80	-	-7.852.450,92	-7.047.982,69	-	37%	110.847.797,97	86.488.379,28	-	1327%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANO ELEITORAL

ANEXO V

	2016			2016			ANÁLISE HORIZONTAL	2020					ANÁLISE HORIZONTAL	
	RECEITA			RECEITA				RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SEM INFLAÇÃO	SALDO	SEM INFLAÇÃO		
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Integração do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DÉFICIT	-	499.384.803,08	499.384.803,08	-	599.037.045,47	523.390.856,92	599.037.045,47	523.390.856,92	5%	596.730.737,57	512.434.788,94	596.730.737,57	512.434.788,94	-2%
TOTAL	-	499.384.803,08	499.384.803,08	-	599.037.045,47	523.390.856,92	599.037.045,47	523.390.856,92	5%	596.730.737,57	512.434.788,94	596.730.737,57	512.434.788,94	-2%
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	1.154.760,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	577.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Créditos Adicionais Resbertos	577.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
 SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANOS ELEITORAIS
 ANEXO- V.1

2016												
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	ANÁLISE VERTICAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS EMPENHADAS	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS LIQUIDADAS	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS PAGAS	ANÁLISE VERTICAL	SALDO DA DOTAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL
DESPESAS CORRENTES	428.539.895,00	100%	465.149.407,00	100%	497.432.004,63	100%	490.184.122,83	100%	489.330.821,70	100%	-32.282.597,63	100%
Pessoal e Encargos Sociais	370.357.888,00	86%	401.100.900,00	86%	413.305.921,86	83%	412.681.773,43	84%	412.621.242,62	84%	-12.205.021,88	38%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.182.007,00	14%	64.048.507,00	14%	84.126.082,77	17%	77.502.349,40	18%	76.709.579,08	18%	-20.077.575,77	62%
DESPESAS DE CAPITAL	1.044.556,00	0%	2.092.931,00	0%	1.952.798,45	0%	718.162,57	0%	714.109,96	0%	140.132,55	0%
Investimentos	1.044.556,00	0%	2.092.931,00	0%	1.952.798,45	0%	718.162,57	0%	714.109,96	0%	140.132,55	0%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	430.584.451,00	100%	467.242.338,00	100%	499.384.803,08	100%	490.902.285,40	100%	490.044.931,66	100%	-32.142.465,08	100%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	430.584.451,00	100%	467.242.338,00	100%	499.384.803,08	100%	490.902.285,40	100%	490.044.931,66	100%	-32.142.465,08	100%
TOTAL	430.584.451,00	100%	467.242.338,00	100%	499.384.803,08	100%	490.902.285,40	100%	490.044.931,66	100%	-32.142.465,08	100%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
 SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANOS ELEITORAIS
 ANEXO- V.1

2018																							
DOTAÇÃO INICIAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS EMPENHADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS LIQUIDADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS PAGAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SALDO DA DOTAÇÃO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
511.246.117,00	478.647.247,87	99%	11%	522.639.113,00	489.313.785,96	99%	5%	554.357.901,21	519.010.071,53	99%	4%	534.240.988,97	500.175.885,10	99%	2%	533.913.911,96	499.869.663,68	99%	2%	-31.718.786,21	-29.696.285,56	101%	8%
436.356.095,00	408.532.479,80	85%	10%	454.255.693,00	425.290.735,82	86%	6%	461.669.245,73	432.231.574,09	83%	9%	454.543.790,47	425.560.463,17	85%	3%	454.540.741,40	425.557.608,52	85%	3%	-7.413.552,73	-6.940.838,26	23%	43%
74.890.022,00	70.114.768,08	15%	18%	68.383.420,00	64.023.050,14	13%	0%	92.688.655,49	86.778.497,44	17%	3%	79.697.198,50	74.615.421,92	15%	-4%	79.373.170,56	74.312.055,15	15%	-3%	-24.305.235,46	-22.755.447,30	77%	-13%
2.652.643,00	2.483.501,06	1%	138%	4.847.693,00	4.538.586,87	1%	117%	4.679.144,26	4.380.785,39	1%	124%	3.197.357,34	2.993.482,47	1%	317%	3.166.462,02	2.964.557,15	1%	315%	168.548,74	157.801,47	-1%	13%
2.652.643,00	2.483.501,06	1%	138%	4.847.693,00	4.538.586,87	1%	117%	4.679.144,26	4.380.785,39	1%	124%	3.197.357,34	2.993.482,47	1%	317%	3.166.462,02	2.964.557,15	1%	315%	168.548,74	157.801,47	-1%	13%
513.898.760,00	481.130.748,93	100%	12%	527.486.806,00	493.852.372,83	100%	6%	559.037.045,47	523.390.856,92	100%	5%	537.438.346,31	503.169.367,57	100%	2%	537.080.373,98	502.834.220,83	100%	3%	-31.550.239,47	-29.538.484,09	100%	8%
513.898.760,00	481.130.748,93	100%	12%	527.486.806,00	493.852.372,83	100%	6%	559.037.045,47	523.390.856,92	100%	5%	537.438.346,31	503.169.367,57	100%	2%	537.080.373,98	502.834.220,83	100%	3%	-31.550.239,47	-29.538.484,09	100%	8%
513.898.760,00	481.130.748,93	100%	12%	527.486.806,00	493.852.372,83	100%	6%	559.037.045,47	523.390.856,92	100%	5%	537.438.346,31	503.169.367,57	100%	2%	537.080.373,98	502.834.220,83	100%	3%	-31.550.239,47	-29.538.484,09	100%	8%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
 SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ANOS ELEITORAIS
 ANEXO- V.1

2020

DOTAÇÃO INICIAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS EMPENHADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS LIQUIDADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS PAGAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SALDO DA DOTAÇÃO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
550.181.940,00	472.461.612,17	99%	-1%	557.469.802,00	478.719.969,23	99%	-2%	590.812.619,29	507.352.681,55	99%	-2%	589.619.531,11	480.566.021,25	99%	-4%	558.988.918,33	480.624.490,70	99%	-4%	-33.342.817,28	-28.632.712,32	102%	4%
482.386.151,00	414.242.856,81	87%	1%	496.587.086,00	426.437.725,74	88%	0%	508.350.729,52	436.539.602,19	85%	1%	489.248.222,67	420.135.571,94	87%	-1%	489.114.175,05	420.020.460,29	87%	-1%	-11.763.643,52	-10.101.876,45	36%	-46%
67.795.789,00	58.218.755,36	12%	-17%	60.882.716,00	52.282.243,50	11%	-18%	82.461.889,77	70.813.079,37	14%	-18%	70.371.308,44	60.430.449,31	12%	-19%	69.874.743,28	60.004.030,41	12%	-19%	-21.579.173,77	-18.530.835,87	66%	19%
6.243.034,00	5.361.124,56	1%	116%	6.683.352,00	5.739.241,93	1%	26%	5.918.118,28	5.082.107,39	1%	16%	5.077.453,38	4.360.197,30	1%	46%	5.033.216,84	4.322.209,75	1%	46%	765.233,72	657.134,54	-2%	316%
6.243.034,00	5.361.124,56	1%	116%	6.683.352,00	5.739.241,93	1%	26%	5.918.118,28	5.082.107,39	1%	16%	5.077.453,38	4.360.197,30	1%	46%	5.033.216,84	4.322.209,75	1%	46%	765.233,72	657.134,54	-2%	316%
433.181,00	371.988,57	0%																					
556.858.155,00	478.194.725,30	100%	-1%	564.153.154,00	484.459.211,17	100%	-2%	596.730.737,57	512.434.788,94	100%	-2%	564.696.984,49	484.926.216,55	100%	-4%	564.022.135,17	484.346.700,44	100%	-4%	-32.577.583,57	-27.975.577,78	100%	5%
556.858.155,00	478.194.725,30	100%	-1%	564.153.154,00	484.459.211,17	100%	-2%	596.730.737,57	512.434.788,94	100%	-2%	564.696.984,49	484.926.216,55	100%	-4%	564.022.135,17	484.346.700,44	100%	-4%	-32.577.583,57	-27.975.577,78	100%	5%
556.858.155,00	478.194.725,30	100%	-1%	564.153.154,00	484.459.211,17	100%	-2%	596.730.737,57	512.434.788,94	100%	-2%	564.696.984,49	484.926.216,55	100%	-4%	564.022.135,17	484.346.700,44	100%	-4%	-32.577.583,57	-27.975.577,78	100%	5%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
 SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANOS NÃO ELEITORAIS
 ANEXO VI

2017					2019					2021								
RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	SEM INFLAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS																		
RECEITAS CORRENTES																		
Receitas Tributárias																		
Impostos																		
Taxes																		
Contribuições de Melhoria																		
Receitas de Contribuições																		
Contribuições Sociais																		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico																		
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.																		
Recetas Patrimoniais																		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado																		
Valores Mobiliários																		
Delegação de Serviços Públicos																		
Exploração de Recursos Naturais																		
Exploração do Patrimônio Intangível																		
Cessão de Direitos																		
Demais Receitas Patrimoniais																		
Recetas Agropecuária																		
Recetas Industrial																		
Recetas de Serviços																		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais																		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte																		
Serviços e Atividades Referentes à Saúde																		
Serviços e Atividades Financeiras																		
Outros Serviços																		
Transferências Correntes																		
Outras Receitas Correntes																		
Multas Administrativas, Contratais e Judiciais																		
Indenizações, Restituições e Resarcimentos																		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público																		
Demais Receitas Correntes																		
RECEITAS DE CAPITAL																		
Operações de Crédito																		
Operações de Crédito - Mercado Interno																		
Operações de Crédito - Mercado Externo																		
Alienação de Bens																		
Alienação de Bens Móveis																		
Alienação de Bens Imóveis																		
Alienação de Bens Intangíveis																		
Amortização de Empréstimos																		
Transferências de Capital																		
Outras Receitas de Capital																		
Integração de Capital Social																		
Resultado do Banco Central do Brasil																		
Remuneração das Obrigações do Tesouro Nacional																		
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional																		
Demais Receitas de Capital																		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES																		
SUBTOTAL DE RECEITAS																		
REFINANCIAMENTO																		
Operações de Crédito - Mercado Interno																		
Mobiliária																		
Contratual																		
Operações de Crédito - Mercado Externo																		
Mobiliária																		
Contratual																		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO																		
DEPÓSITO			511.945.440,39	511.945.440,39	496.396.736,66			563.958.262,73	563.958.262,73	506.181.842,47	2%				575.492.068,38	575.492.068,38	449.024.446,17	-11%
TOTAL			511.945.440,39	511.945.440,39	496.396.736,66			563.958.262,73	563.958.262,73	506.181.842,47	2%			695.161,00	542.395,51	542.395,51	449.024.446,17	-11%
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA														695.161,00	542.395,51	542.395,51	449.024.446,17	-100%
Suplement Financeiro																		
Excesso de Arrecadação																		
Créditos Cancelados																		
Créditos Adicionais Reabertos																		

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANOS NÃO ELEITORAIS
ANEXO VI.2

2017																		
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS EMPENHADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS LIQUIDADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	DESPESAS PAGAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	SALDO DA DOTAÇÃO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	450.925.438,00	438.004.310,83	99%	508.273.917,00	493.709.487,15	99%	505.436.668,75	490.953.539,52		500.095.139,83	485.765.070,06	99%	495.411.711,13	485.101.224,99	99%	2.837.248,27	2.755.947,81	86%
DESPESAS CORRENTES	375.453.217,00	364.694.722,68	83%	435.403.577,00	422.927.223,96	85%	434.661.643,42	422.206.590,19		434.421.027,16	421.972.828,71	86%	434.421.027,16	421.972.828,71	86%	741.933,58	726.673,71	22%
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	0	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	75.472.221,00	73.309.588,15	17%	72.870.340,00	70.782.263,23	14%	70.779.025,31	68.746.989,11		65.674.112,47	63.792.341,35	13%	64.990.863,07	63.128.396,28	13%	2.085.314,69	2.035.274,10	63%
Outras Despesas Correntes	2.821.601,00	2.740.748,91	1%	6.079.341,00	5.905.139,39	1%	5.693.771,66	5.443.197,34		4.522.739,03	4.393.141,36	1%	4.493.637,58	4.364.873,86	1%	475.569,34	461.942,05	14%
DESPESAS DE CAPITAL	2.821.601,00	2.740.748,91	1%	6.079.341,00	5.905.139,39	1%	5.693.771,66	5.443.197,34		4.522.739,03	4.393.141,36	1%	4.493.637,58	4.364.873,86	1%	475.569,34	461.942,05	14%
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO BPPS	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	453.747.039,00	440.745.069,74	100%	514.353.258,00	499.614.626,52	100%	511.040.440,39	496.396.736,66		504.617.878,66	490.158.211,42	100%	503.905.348,71	489.466.098,86	100%	3.312.817,61	3.217.889,86	100%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	453.747.039,00	440.745.069,74	100%	514.353.258,00	499.614.626,52	100%	511.040.440,39	496.396.736,66		504.617.878,66	490.158.211,42	100%	503.905.348,71	489.466.098,86	100%	3.312.817,61	3.217.889,86	100%
TOTAL	453.747.039,00	440.745.069,74	100%	514.353.258,00	499.614.626,52	100%	511.040.440,39	496.396.736,66		504.617.878,66	490.158.211,42	100%	503.905.348,71	489.466.098,86	100%	3.312.817,61	3.217.889,86	100%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANOS NÃO ELEITORAIS
ANEXO VI.2

2 e

2019

DOTAÇÃO INICIAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS EMPENHADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS LIQUIDADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS PAGAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SALDO DA DOTAÇÃO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
512.548.957,00	460.039.319,50	89%	9%	559.106.474,00	501.827.110,00	99%	2%	559.857.337,00	502.510.204,19	99%	2%	554.362.122,87	497.568.808,10	89%	2%	554.187.865,81	497.411.685,37	89%	3%	-761.063,67	-683.094,10	-13%	-125%
441.652.399,00	396.807.443,93	89%	9%	489.397.084,00	439.259.310,57	89%	4%	485.385.879,70	435.659.046,36	89%	3%	485.151.044,11	435.448.269,16	89%	3%	485.146.004,38	435.443.745,74	89%	3%	4.011.204,24	3.600.264,22	-73%	400%
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
71.496.558,00	64.171.875,56	14%	-12%	69.709.390,00	62.567.799,43	12%	-12%	74.481.657,31	66.851.157,83	13%	-14%	69.211.078,56	62.120.539,02	12%	-3%	69.041.061,23	61.967.939,63	12%	-2%	-4.772.267,91	-4.283.358,40	87%	-310%
3.783.426,00	3.368.894,85	1%	23%	4.306.183,00	3.865.022,98	1%	-35%	4.090.725,06	3.671.638,28	1%	-33%	3.310.647,10	2.971.477,78	1%	-32%	3.306.810,60	2.968.034,33	1%	-32%	215.457,94	193.384,70	-9%	-58%
3.783.426,00	3.368.894,85	1%	23%	4.306.183,00	3.865.022,98	1%	-35%	4.090.725,06	3.671.638,28	1%	-33%	3.310.647,10	2.971.477,78	1%	-32%	3.306.810,60	2.968.034,33	1%	-32%	215.457,94	193.384,70	-9%	-58%
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
516.302.383,00	463.408.214,35	100%	5%	563.412.657,00	505.692.132,98	100%	1%	563.958.262,73	506.181.842,47	100%	2%	557.672.769,77	500.540.285,96	100%	2%	557.493.876,21	500.379.719,70	100%	2%	-545.665,73	-489.709,49	100%	-115%
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
516.302.383,00	463.408.214,35	100%	5%	563.412.657,00	505.692.132,98	100%	1%	563.958.262,73	506.181.842,47	100%	2%	557.672.769,77	500.540.285,96	100%	2%	557.493.876,21	500.379.719,70	100%	2%	-545.665,73	-489.709,49	100%	-115%
516.302.383,00	463.408.214,35	100%	5%	563.412.657,00	505.692.132,98	100%	1%	563.958.262,73	506.181.842,47	100%	2%	557.672.769,77	500.540.285,96	100%	2%	557.493.876,21	500.379.719,70	100%	2%	-545.665,73	-489.709,49	100%	-115%

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANOS NÃO ELEITORAIS
ANEXO VI.2

2021

DOTAÇÃO INICIAL	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS EMPENHADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS LIQUIDADAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	DESPESAS PAGAS	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	SALDO DA DOTAÇÃO	SEM INFLAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL
572.510.357,00	446.696.029,22	99%	-3%	564.446.304,00	440.406.498,75	99%	-12%	562.947.887,84	439.236.967,04	98%	-13%	557.887.656,07	430.006.811,10	99%	-13%	551.193.064,20	430.065.329,92	99%	-14%	1.488.922,16	1.168.525,70	92%	271%
495.122.135,00	386.314.296,42	86%	-2%	498.453.310,00	388.915.429,23	80%	-11%	498.617.478,33	389.043.520,66	87%	-11%	491.921.164,20	383.818.758,72	88%	-12%	491.877.546,88	383.784.726,63	88%	-12%	-164.168,33	-128.091,43	-10%	-104%
77.388.222,00	60.381.730,79	13%	-4%	65.993.494,00	51.491.057,50	11%	-8%	64.330.403,51	50.193.440,37	11%	-28%	59.965.891,87	46.788.054,38	11%	-25%	59.315.517,25	46.280.603,20	11%	-29%	1.663.090,49	1.297.617,13	102%	130%
3.915.979,00	3.055.420,89	1%	-9%	12.674.693,00	9.889.358,88	2%	156%	12.544.126,55	9.787.485,13	2%	167%	6.772.978,53	5.284.578,92	1%	78%	6.752.964,72	5.268.963,25	1%	78%	130.566,45	101.873,75	8%	-47%
3.915.979,00	3.055.420,89	1%	-9%	12.674.693,00	9.889.358,88	2%	156%	12.544.126,55	9.787.485,13	2%	167%	6.772.978,53	5.284.578,92	1%	78%	6.752.964,72	5.268.963,25	1%	78%	130.566,45	101.873,75	8%	-47%
0	0	0%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
576.426.336,00	449.753.450,10	100%	-3%	577.121.497,00	450.295.845,62	100%	-11%	575.492.008,39	449.024.446,17	100%	-11%	558.660.034,60	435.891.392,02	100%	-13%	557.946.028,95	435.334.293,07	100%	-13%	1.629.488,61	1.271.399,45	100%	360%
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
576.426.336,00	449.753.450,10	100%	-3%	577.121.497,00	450.295.845,62	100%	-11%	575.492.008,39	449.024.446,17	100%	-11%	558.660.034,60	435.891.392,02	100%	-13%	557.946.028,95	435.334.293,07	100%	-13%	1.629.488,61	1.271.399,45	100%	360%
576.426.336,00	449.753.450,10	100%	-3%	577.121.497,00	450.295.845,62	100%	-11%	575.492.008,39	449.024.446,17	100%	-11%	558.660.034,60	435.891.392,02	100%	-13%	557.946.028,95	435.334.293,07	100%	-13%	1.629.488,61	1.271.399,45	100%	360%

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**BALANÇO FINANCEIRO - ANOS ELEITORAIS
VII**

INGRESSOS										
ESPECIFICAÇÃO	2016	Análise Vertical	2018	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2020	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
Receitas Orçamentárias										
Ordinárias										
Vinculadas										
Previdência Social (RPPS)										
Recursos de Receitas Financeiras										
(-) Deduções da Receita Orçamentária										
Transferências Financeiras Recebidas	504.976.651,04	93%	542.684.749,66	508.081.241,60	93%	1%	570.379.986,76	489.806.423,12	93%	-4%
Resultantes da Execução Orçamentária	494.764.509,48	92%	538.355.749,37	504.028.273,75	92%	2%	567.360.672,11	487.213.625,78	92%	-3%
Sub-repasso Recebido	494.764.509,48	92%	538.355.749,37	504.028.273,75	92%	2%	567.360.672,11	487.213.625,78	92%	-3%
Independentes da Execução Orçamentária	10.212.141,56	2%	4.329.000,29	4.052.967,85	1%	-60%	3.019.314,65	2.592.797,33	0%	-36%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.154.418,80	2%	4.267.470,29	3.995.361,22	1%	-61%	2.993.869,13	2.570.946,32	0%	-36%
Demais Transferências Recebidas	28.849,34	0%	2.536,90	2.375,14	0%	-92%	9.188,63	7.890,62	0%	232%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	28.873,42	0%	58.993,10	55.231,49	0%	91%	16.256,89	13.960,39	0%	-75%
Aporte ao RPPS	-		-	-	0%		-	-	0%	
Aporte ao RGPS	-		-	-	0%		-	-	0%	
Recebimentos Extraorçamentários	32.788.405,65	6%	36.046.847,44	33.748.372,36	6%	3%	39.448.737,82	33.876.092,46	6%	0%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	857.353,74	0%	357.972,33	335.146,74	0%	-61%	674.849,32	579.518,11	0%	73%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.482.517,68	2%	21.598.699,16	20.221.489,35	4%	138%	32.033.753,08	27.508.570,39	5%	36%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	497.831,35	0%	1.128.999,82	1.057.010,78	0%	112%	628.420,23	539.647,73	0%	-49%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	22.950.702,88	4%	12.961.176,13	12.134.725,48	2%	-47%	6.111.715,19	5.248.356,23	1%	-57%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	0%	14.382,58	13.465,50	0%	100%	92.320,69	79.279,20	0%	489%
Restituições a Pagar	212,56	0%	7,02	6,57	0%	-97%	-	-	0%	-100%
Arrecadação de Outra Unidade	22.950.490,32	4%	12.921.970,09	12.098.019,96	2%	-47%	6.018.874,11	5.168.630,15	1%	-57%
Demais Recebimentos	-	0%	24.816,44	23.234,06	0%	100%	520,39	446,88	0%	-98%
Saldo do Exercício Anterior	2.632.067,83	0%	3.584.704,68	3.356.131,17	1%	28%	5.174.545,95	4.443.574,29	1%	32%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.632.067,83	0%	3.584.704,68	3.356.131,17	1%	28%	5.174.545,95	4.443.574,29	1%	32%
TOTAL	540.397.124,52	100%	582.316.301,78	545.185.745,13	100%	1%	615.003.270,53	528.126.089,86	100%	-3%

DISPÊNDIOS										
ESPECIFICAÇÃO	2016	Análise Vertical	2018	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2020	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
Despesas Orçamentárias	499.384.803,08	92%	559.037.045,47	523.390.856,92	96%	5%	596.730.737,57	512.434.788,94	97%	-2%
Ordinárias	369.190.494,02	68%	432.486.106,31	404.909.255,34	74%	10%	428.568.642,47	368.027.768,68	70%	-9%
Vinculadas	130.194.309,06	24%	126.550.939,16	118.481.601,58	22%	-9%	168.162.095,10	144.407.020,26	27%	22%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	123.897.859,30	23%	-	-	0%	-100%	9.343.979,08	8.024.020,96	2%	100%
Previdência Social (RPPS)	-	0%	122.057.629,00	114.274.800,84	21%	100%	151.889.638,08	130.433.258,64	25%	14%
Operação de Crédito	2.039.829,34	0%	-	-	0%	-100%	-	-	0%	0%
Recursos de Receitas Financeiras	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.256.620,42	1%	4.493.310,16	4.206.800,74	1%	-1%	6.928.477,94	5.949.740,66	1%	41%
Transferências Financeiras Concedidas	23.008.295,64	4%	12.983.500,09	12.155.625,99	2%	-47%	6.044.319,63	5.190.481,16	1%	-57%
Resultantes da Execução Orçamentária	-		-	-	0%		-	-	0%	
Independentes da Execução Orçamentária	23.008.295,64	4%	12.983.500,09	12.155.625,99	2%	-47%	6.044.319,63	5.190.481,16	1%	-57%
Movimento de Saldos Patrimoniais	23.008.295,64	4%	12.983.500,09	12.155.625,99	2%	-47%	6.044.319,63	5.190.481,16	1%	-57%
Aporte ao RPPS	-	0%	-	-	0%		-	-	0%	
Aporte ao RGPS	-	0%	-	-	0%		-	-	0%	
Pagamentos Extraorçamentários	12.010.707,50	2%	6.837.563,77	6.401.576,41	1%	-47%	6.134.966,89	5.268.323,32	1%	-18%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.159.227,31	0%	762.450,56	713.834,00	0%	-38%	666.025,31	571.940,61	0%	-20%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.338.498,07	2%	5.118.932,29	4.792.530,98	1%	-54%	4.845.731,58	4.161.209,21	1%	-13%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	506.442,32	0%	956.180,92	895.211,43	0%	77%	621.545,68	533.744,30	0%	-40%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.539,80	0%	-	-	0%	-100%	1.664,32	1.429,21	0%	100%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	0%	-	-	0%	-	1.664,32	1.429,21	0%	100%
Demais Pagamentos	6.539,80	0%	-	-	0%	-100%	-	-	0%	0%
Saldo para o Exercício Seguinte	5.993.318,30	1%	3.458.192,45	3.237.685,81	1%	-46%	6.093.246,44	5.232.496,43	1%	62%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.993.318,30	1%	3.458.192,45	3.237.685,81	1%	-46%	6.093.246,44	5.232.496,43	1%	62%
TOTAL	540.397.124,52	100%	582.316.301,78	545.185.745,13	100%	1%	615.003.270,53	528.126.089,86	100%	-3%

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**BALANÇO FINANCEIRO - ANOS NÃO ELEITORAIS
ANEXO VIII**

INGRESSOS											
ESPECIFICAÇÃO	2017	Sem Inflação	Análise Vertical	2019	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2021	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vinculadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	505.732.982,20	491.241.362,02	95%	576.150.092,02	517.124.642,71	97%	5%	575.980.266,68	449.405.406,99	95%	-13%
Resultantes da Execução Orçamentária	502.537.253,06	488.137.205,50	95%	559.397.604,53	502.088.414,78	94%	3%	557.152.814,29	434.715.391,74	92%	-13%
Sub-repasse Recebido	502.537.253,06	488.137.205,50	95%	559.397.604,53	502.088.414,78	94%	3%	557.152.814,29	434.715.391,74	92%	-13%
Independentes da Execução Orçamentária	3.195.729,14	3.104.156,52	1%	16.752.487,49	15.036.227,93	3%	384%	18.827.452,39	14.690.015,25	3%	-2%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.033.867,08	2.946.932,57	1%	16.726.573,15	15.012.968,47	3%	409%	18.779.973,53	14.652.970,14	3%	-2%
Demais Transferências Recebidas	2.216,31	2.152,80	0%	9.458,37	8.489,38	0%	294%	8.288,29	6.466,89	0%	-24%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	159.645,75	155.071,15	0%	16.455,97	14.770,09	0%	-90%	39.190,57	30.578,22	0%	107%
Aporte ao RPPS	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Aporte ao RGPS	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Reccebimentos Extraorçamentários	19.376.535,20	18.821.306,65	4%	16.510.234,80	14.818.793,56	3%	-21%	24.590.943,58	19.186.947,27	4%	29%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	712.529,95	692.112,63	0%	178.893,56	160.566,26	0%	-77%	714.005,65	557.098,95	0%	247%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.422.561,73	6.238.525,24	1%	6.285.492,96	5.641.556,51	1%	-10%	16.831.973,79	13.133.054,15	3%	133%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	507.143,74	492.611,69	0%	726.898,44	652.429,12	0%	32%	805.889,44	628.790,76	0%	-4%
Outros Reccebimentos Extraorçamentários	11.734.299,78	11.398.057,10	2%	9.318.949,84	8.364.241,67	2%	-27%	6.239.074,70	4.868.003,41	1%	-42%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Restituições a Pagar	-	-	0%	1.657,30	1.487,51	0%	100%	-	-	-	-100%
Arrecadação de Outra Unidade	11.734.299,78	11.398.057,10	2%	9.316.920,24	8.362.420,00	2%	-27%	6.239.074,70	4.868.003,41	1%	-42%
Demais Reccebimentos	-	-	0%	372,30	334,16	0%	100%	-	-	0%	-100%
Saldo do Exercício Anterior	5.993.318,30	5.821.581,64	1%	3.458.192,45	3.103.907,40	1%	-47%	6.093.246,44	4.754.221,72	1%	53%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.993.318,30	5.821.581,64	1%	3.458.192,45	3.103.907,40	1%	-47%	6.093.246,44	4.754.221,72	1%	53%
TOTAL	531.102.835,70	515.884.250,32	100%	596.118.519,27	535.047.343,67	100%	4%	606.664.456,70	473.346.575,99	100%	-12%

DISPÊNDIOS											
ESPECIFICAÇÃO	2017	Sem Inflação	Análise Vertical	2019	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2021	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
Despesas Orçamentárias	511.040.440,39	496.396.736,66	96%	563.958.262,73	506.181.842,47	95%	2%	575.492.008,39	449.024.446,17	95%	-11%
Ordinárias	378.605.349,31	367.756.531,63	71%	419.162.427,51	376.220.057,18	70%	2%	414.103.515,03	323.101.969,76	68%	-14%
Vinculadas	132.435.091,08	128.640.205,03	25%	144.795.835,22	129.961.785,29	24%	1%	161.388.493,36	125.922.476,41	27%	-3%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	125.174.217,02	121.587.389,04	24%	-	-	0%	-100%	10.469.436,00	8.168.719,34	2%	100%
Previdência Social (RPPS)	-	-	0%	144.795.835,22	129.961.785,29	24%	100%	145.265.929,00	113.342.935,03	24%	-13%
Operação de Crédito	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	7.260.874,06	7.052.815,99	1%	-	-	0%	-100%	5.653.128,36	4.410.822,03	1%	100%
-	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Transferências Financeiras Concedidas	8.032.178,25	7.802.018,70	2%	9.342.834,58	8.385.679,46	2%	7%	6.286.553,56	4.905.048,53	1%	-42%
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Independentes da Execução Orçamentária	8.032.178,25	7.802.018,70	2%	9.342.834,58	8.385.679,46	2%	7%	6.286.553,56	4.905.048,53	1%	-42%
Movimento de Saldos Patrimoniais	8.032.178,25	7.802.018,70	2%	9.342.834,58	8.385.679,46	2%	7%	6.286.553,56	4.905.048,53	1%	-42%
Aporte ao RPPS	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Aporte ao RGPS	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Pagamentos Extraorçamentários	8.445.512,38	8.203.508,87	2%	17.642.876,01	15.835.397,89	3%	93%	18.861.178,57	14.716.329,92	3%	-7%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	794.985,36	772.205,30	0%	312.947,27	280.886,43	0%	-64%	622.274,47	485.526,20	0%	73%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.292.201,92	7.083.246,16	1%	16.422.678,62	14.740.207,34	3%	108%	17.570.325,87	13.709.149,26	3%	-7%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	358.112,54	347.850,94	0%	898.466,03	806.419,94	0%	132%	597.273,03	466.018,97	0%	-42%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	212,56	206,47	0%	8.784,09	7.884,18	0%	3719%	71.305,20	55.635,49	0%	606%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	0%	8.784,09	7.884,18	0%	100%	71.305,20	55.635,49	0%	606%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	212,56	206,47	0%	-	-	0%	-100%	-	-	0%	0%
Demais Pagamentos	-	-	0%	-	-	0%	-	-	-	0%	0%
Saldo para o Exercício Seguinte	3.584.704,68	3.481.986,09	1%	5.174.545,95	4.644.423,84	1%	33%	6.024.716,18	4.700.751,37	1%	1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.584.704,68	3.481.986,09	1%	5.174.545,95	4.644.423,84	1%	33%	6.024.716,18	4.700.751,37	1%	1%
TOTAL	531.102.835,70	515.884.250,32	100%	596.118.519,27	535.047.343,67	100%	4%	606.664.456,70	473.346.575,99	100%	-12%

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - ANOS ELEITORAIS
ANEXO IX**

	2016	Análise Vertical	2018	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2020	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.758.887,17		4.123.133,54	3.860.227,89		-43%	6.699.160,17	5.752.816,99		49%
INGRESSOS	528.425.185,27	100%	556.760.543,03	521.259.512,37	100%	-1%	577.027.801,49	495.515.147,88	100%	-5%
Recetas Derivadas e Originárias	-		-	-			-	-		
Receta Tributária	-		-	-			-	-		
Receta de Contribuições	-		-	-			-	-		
Receta Agropecuária	-		-	-			-	-		
Receta Industrial	-		-	-			-	-		
Receta de Serviços	-		-	-			-	-		
Remuneração das Disponibilidades	-		-	-			-	-		
Outras Recetas Derivadas e Originárias	-		-	-			-	-		
Transferências Correntes Recebidas	-		-	-			-	-		
Intergovernamentais	-		-	-			-	-		
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	-			-	-		
Dos Municípios	-		-	-			-	-		
Intragovernamentais	-		-	-			-	-		
Outras Transferências Correntes Recebidas	-		-	-			-	-		
Outros Ingressos das Operações	528.425.185,27	100%	556.760.543,03	521.259.512,37	100%	-1%	577.027.801,49	495.515.147,88	100%	-5%
Ingressos Extraorçamentários	497.831,35	0%	1.128.999,82	1.057.010,78	0%	112%	628.420,23	539.647,73	0%	-49%
Restituições a Pagar	212,56	0%	7,02	6,57	0%	-97%	-	-	-	-100%
Transferências Financeiras Recebidas	504.976.651,04	96%	542.684.749,66	508.081.241,60	97%	1%	570.379.986,76	489.806.423,12	99%	-4%
Arrecadação de Outra Unidade	22.950.490,32	4%	12.921.370,09	12.098.019,36	2%	-47%	6.018.874,11	5.168.630,15	1%	-57%
Demais Recebimentos	-	-	24.816,44	23.234,06	0%	100%	-	448,88	0%	-98%
DESEMBOLSOS	-521.666.298,10	100%	-552.637.409,49	-517.399.284,47	100%	1%	-570.328.641,32	-489.762.330,89	100%	-5%
Pessoal e Demais Despesas	-460.219.474,47	88%	-493.997.537,47	-462.498.499,07	89%	0%	-505.389.898,71	-433.997.027,09	89%	-6%
Legislativo	-		-	-			-	-		
Judiciário	-324.551.239,18	62%	-346.960.685,22	-324.837.239,01	63%	0%	-353.573.476,24	-303.626.641,41	62%	-7%
Essencial à Justiça	-		-	-			-	-		
Administração	-		-	-			-	-		
Defesa Nacional	-		-	-			-	-		
Segurança Pública	-		-	-			-	-		
Relações Exteriores	-		-	-			-	-		
Assistência Social	-		-	-			-	-		
Previdência Social	-		-	-			-	-		
Saúde	-135.667.235,29	26%	-147.032.689,07	-137.657.362,34	27%	-1%	-151.888.438,08	-130.432.228,16	27%	-5%
Trabalho	-		-	-			-	-		
Educação	-		-	-			-	-		
Cultura	-		-	-			-	-		
Direitos da Cidadania	-		-	-			-	-		
Urbanismo	-		-	-			-	-		
Habitação	-		-	-			-	-		
Saneamento	-		-	-			-	-		
Gestão Ambiental	-		-	-			-	-		
Ciência e Tecnologia	-		-	-			-	-		
Agricultura	-		-	-			-	-		
Organização Agrária	-		-	-			-	-		
Indústria	-		-	-			-	-		
Comércio e Serviços	-		-	-			-	-		
Comunicações	-		-	-			-	-		
Energia	-		-	-			-	-		
Transporte	-		-	-			-	-		
Desporto e Lazer	-		-	-			-	-		
Encargos Especiais	-1.000,00	0%	-18.545,76	-17.363,22	0%	-1636%	-20.305,08	-17.436,72	0%	0%
(+) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-		14.382,58	13.465,50	0%	100%	92.320,69	79.279,20	0%	489%
Juros e Encargos da Dívida	-		-	-			-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-		-	-			-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-		-	-			-	-		
Outros Encargos da Dívida	-		-	-			-	-		
Transferências Concedidas	-37.925.545,87	7%	-44.700.191,01	-41.849.947,99	8%	-10%	-58.271.212,98	-50.039.649,12	10%	20%
Intergovernamentais	-		-	-			-	-		
A Estados e/ou Distrito Federal	-		-	-			-	-		
A Municípios	-		-	-			-	-		
Intragovernamentais	-37.925.545,87	7%	-44.700.191,01	-41.849.947,99	8%	-10%	-58.271.212,98	-50.039.649,12	10%	20%
Outras Transferências Concedidas	-		-	-			-	-		
Outros Desembolsos das Operações	-23.521.277,76	5%	-13.939.681,01	-13.050.837,41	3%	45%	-6.667.529,63	-5.725.654,68	1%	-56%
Dispêndios Extraorçamentários	-506.442,32	0%	-956.180,92	-895.211,43	0%	-77%	-621.545,68	-533.744,30	0%	-40%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-		-	-			-1.664,32	-1.429,21	0%	#DIV/0!
Transferências Financeiras Concedidas	-23.008.295,64	4%	-12.983.500,09	-12.155.625,99	2%	47%	-6.044.319,63	-5.190.481,16	1%	-57%
Demais Pagamentos	-6.539,80	0%	-	-		100%	-	-		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.397.636,70		-4.249.645,77	-3.978.673,25		-17%	-5.780.459,68	-4.963.894,85		25%
INGRESSOS	-		-	-			-	-		
Alienação de Bens	-		-	-			-	-		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-		-	-			-	-		
Outros Ingressos de Investimentos	-		-	-			-	-		
DESEMBOLSOS	-3.397.636,70	100%	-4.249.645,77	-3.978.673,25	100%	-17%	-5.780.459,68	-4.963.894,85	100%	25%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.532.159,42	75%	-2.339.878,63	-2.190.679,65	55%	13%	-5.640.825,68	-4.843.985,96	98%	121%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-		-	-			-	-		
Outros Desembolsos de Investimentos	-865.477,28	25%	-1.909.767,14	-1.787.993,60	45%	-107%	-139.634,00	-119.908,89	2%	-93%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-		-	-			-	-		
INGRESSOS	-		-	-			-	-		
Operações de Crédito	-		-	-			-	-		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-		-	-			-	-		
Transferências de Capital Recebidas	-		-	-			-	-		
Intergovernamentais	-		-	-			-	-		
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	-			-	-		
Dos Municípios	-		-	-			-	-		
Intragovernamentais	-		-	-			-	-		
Outras Transferências de Capital Recebidas	-		-	-			-	-		
Outros Ingressos de Financiamento	-		-	-			-	-		
DESEMBOLSOS	-		-	-			-	-		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-		-	-			-	-		
Outros Desembolsos de Financiamento	-		-	-			-	-		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.361.250,47		-126.512,23	-118.445,36		-104%	918.700,49	788.922,14		-766%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.632.067,83		3.584.704,68	3.356.131,17		28%	5.174.545,95	4.443.574,29		32%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.993.318,30		3.458.192,45	3.237.685,81		-46%	6.093.246,44	5.232.496,43		62%

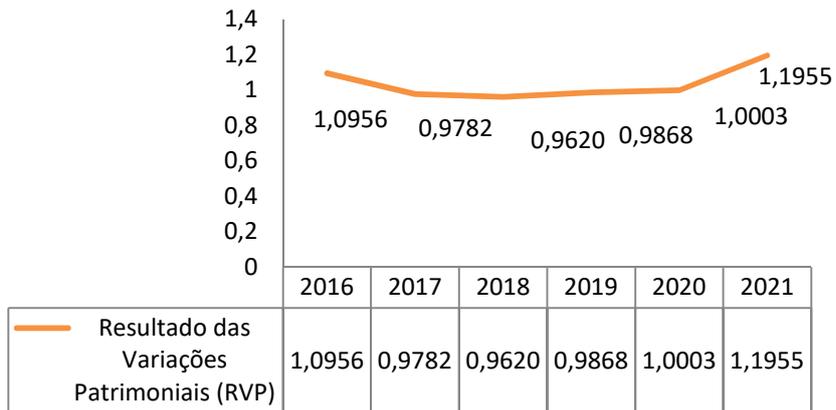
**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - ANOS NÃO ELEITORAIS
ANEXO X**

	2017	Sem Inflação	Análise Vertical	2019	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal	2021	Sem Inflação	Análise Vertical	Análise Horizontal
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.336.792,35	3.241.177,61		6.535.366,98	5.865.831,42		81%	7.435.297,90	5.801.349,93		-1%
INGRESSOS	517.974.425,72	503.132.030,81	100%	586.195.940,30	526.141.313,50	100%	5%	583.025.230,82	454.902.201,17	100%	-14%
Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receta Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receta de Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receta Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receta Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receta de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ingressos das Operações	517.974.425,72	503.132.030,81	100%	586.195.940,30	526.141.313,50	100%	5%	583.025.230,82	454.902.201,17	100%	-14%
Ingressos Extraorçamentários	507.143,74	492.611,69	0%	726.898,44	652.429,12	0%	32%	805.889,44	628.790,76	0%	-4%
Restituições a Pagar	-	-	-	1.657,30	1.487,51	0%	100%	-	-	-	-100%
Transferências Financeiras Recebidas	505.732.982,20	491.241.362,02	98%	576.150.092,02	517.124.642,71	98%	5%	575.980.266,68	449.405.406,99	99%	-13%
Arrecadação de Outra Unidade	11.734.299,78	11.398.057,10	2%	9.316.920,24	8.362.420,00	2%	-27%	6.239.074,70	4.868.003,41	1%	-42%
Demais Recebimentos	-	-	-	372,30	334,16	0%	100%	-	-	0%	-100%
DESEMBOLSOS	-514.637.633,37	-499.890.853,20	-99%	-579.660.573,32	-520.275.482,07	100%	-4%	-575.589.932,92	-449.100.851,24	100%	14%
Pessoal e Demais Despesas	-463.720.430,65	-450.432.696,97	-90%	-521.490.896,14	-468.065.165,50	90%	-4%	-508.399.804,12	-396.676.126,08	88%	15%
Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Judiciário	-322.931.980,80	-313.678.466,05	-62%	-362.611.106,59	-325.462.308,41	63%	-4%	-364.149.401,12	-284.125.549,58	63%	13%
Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Social	-140.786.449,85	-136.752.258,23	-27%	-158.851.594,34	-142.577.559,40	27%	-4%	-144.157.713,80	-112.478.256,27	25%	21%
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desporto e Lazer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos Especiais	-2.000,00	-1.942,69	0%	-19.401,12	-17.413,51	0%	-796%	-21.384,00	-16.684,75	0%	4%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-	-8.784,09	-7.884,18	0%	-100%	-71.305,20	-56.635,49	0%	-606%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-42.526.699,37	-41.308.110,12	-8%	-47.928.386,57	-43.018.217,17	8%	-4%	-60.306.302,21	-47.053.657,66	10%	-9%
Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intragovernamentais	-42.526.699,37	-41.308.110,12	-8%	-47.928.386,57	-43.018.217,17	8%	-4%	-60.306.302,21	-47.053.657,66	10%	-9%
Outras Transferências Concedidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-8.390.503,35	-8.150.076,10	-2%	-10.241.300,61	-9.192.099,41	2%	-13%	-6.883.826,59	-5.371.067,50	1%	42%
Dispêndios Extraorçamentários	-358.112,54	-347.850,94	0%	-898.466,03	-806.419,94	0%	-132%	-597.273,03	-466.018,97	0%	42%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-212,56	-	0%	-	-	-	-	-	-	0%	-
Transferências Financeiras Concedidas	-8.032.178,25	-7.802.018,70	-2%	-9.342.834,58	-8.385.679,46	2%	-7%	-6.286.553,56	-4.906.048,63	1%	42%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.745.405,97	-5.580.773,16	-1%	-4.819.013,48	-4.325.314,98	1%	22%	-7.503.828,16	-5.854.820,28	100%	-35%
INGRESSOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-5.745.405,97	-5.580.773,16	-1%	-4.819.013,48	-4.325.314,98	100%	22%	-7.503.828,16	-5.854.820,28	100%	-35%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.850.145,26	-4.711.165,87	-1%	-4.757.110,28	-4.269.753,64	99%	9%	-7.403.865,16	-5.776.824,71	99%	-35%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-895.260,71	-869.607,29	0%	-61.903,20	-55.561,34	1%	94%	-99.963,00	-77.995,58	1%	-40%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.408.613,62	-2.339.595,55	0%	1.716.353,50	1.540.516,44	0%	166%	-68.530,26	-53.470,36	-	-103%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.993.318,30	5.821.581,64	1%	3.458.192,45	3.103.907,40	-1%	-47%	6.093.246,44	4.754.221,72	53%	53%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.584.704,68	3.481.986,09	1%	5.174.545,95	4.644.423,84	-1%	33%	6.024.716,18	4.700.751,37	1%	1%

Resultado das Variações Patrimoniais (RVP)

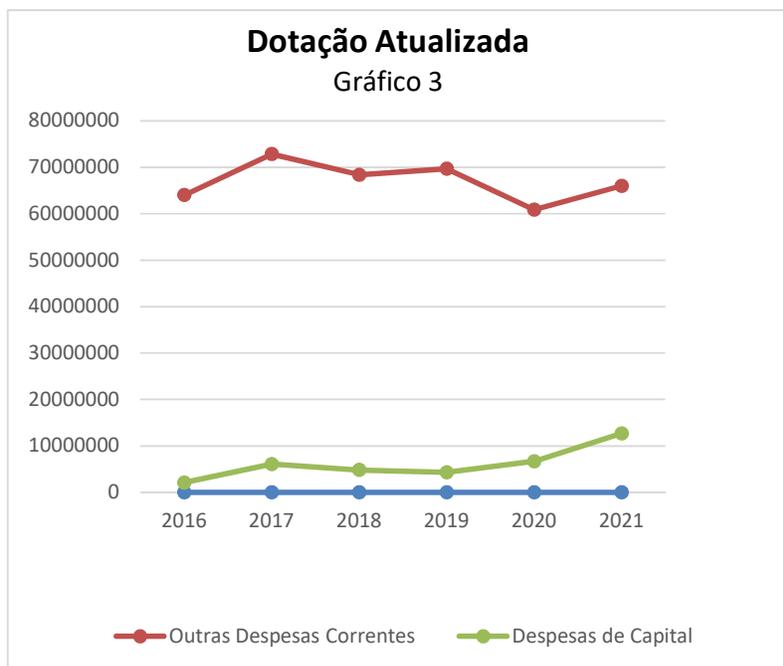
Gráfico 1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Auditoria Interna
Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária



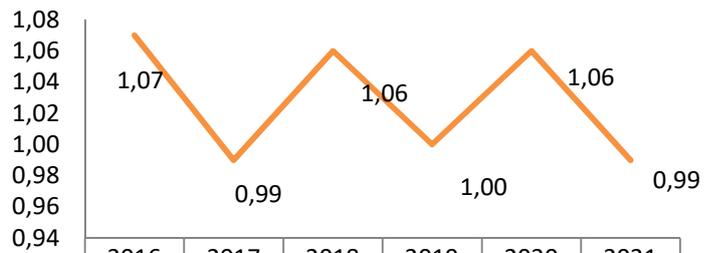
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Auditoria Interna
Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Auditoria Interna
Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária

**Desempenho da Previsão da Despesa
Orçamentária Empenhada (DPDO)**

Gráfico 4



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Empenhada (DPDO)	1,07	0,99	1,06	1,00	1,06	0,99

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria de Auditoria Interna
 Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária

**Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária
 Corrente Empenhada (DPDC)**

Gráfico 5



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária Corrente Empenhada	1,07	0,99	1,06	1,00	1,06	1,00

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria de Auditoria Interna
 Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária

**Desempenho da Previsão da Despesa
 Orçamentária de Capital Empenhada**

Gráfico 6



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Desempenho da Previsão da Despesa Orçamentária de Capital Empenhada	0,93	0,92	0,97	0,95	0,89	0,99

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria de Auditoria Interna
 Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária

Índice do Resultado Financeiro

Gráfico 7

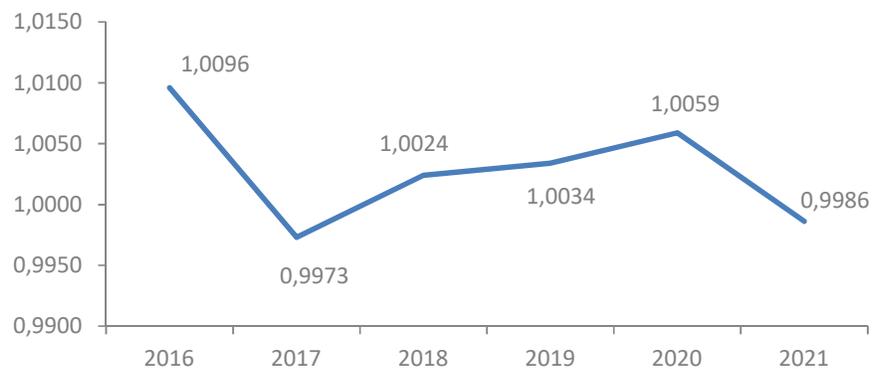


	2016	2017	2018	2019	2020	2021
— ÍNDICE DO RESULTADO FINANCEIRO – IRF	1,0063	0,9954	0,9998	1,0029	1,0015	0,9999

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Auditoria Interna
Seção de Auditoria de Contas, Contábil, Financeira e Orçamentária

**Índice da Capacidade de Pagamento
Orçamentária**

Gráfico 8





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DA PRESIDÊNCIA SEÇÃO DE AUDITORIA DE CONTAS, CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

MEMORANDO SEAUF1 3/2022

Senhor Secretário de Auditoria Interna,

Em cumprimento ao artigo 37 da Resolução TRE-RJ nº 1.176/2021, submeto à sua apreciação o Relatório Final de Auditoria 05/2022 - ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (id 2679393), com o qual me manifesto de acordo.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2022

ANDREA CORREA DE SA E SOUZA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)



Documento assinado eletronicamente em 31/10/2022, às 19:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2679236** e o código CRC **47B18BB6**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA DA PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº 2022.0.000043939-9

DESPACHO

Manifesto-me de acordo com o Relatório de Auditoria 5/2022 – Análise das Demonstrações Contábeis (id 2679393) e aprovo as propostas de encaminhamento exaradas, às quais acrescento o seguinte:

À Diretoria-Geral:

1) Fixar prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, com fundamento nos arts. 37, § 1º, e 39 da Resolução TRE-RJ 1.176/2021, para que elabore, em articulação com as demais unidades auditadas, e apresente a esta Secretaria de Auditoria Interna plano de ação consolidado para o atendimento integral das recomendações propostas no item V do Relatório de Auditoria 5/2022, discriminando, no mínimo, etapas de implementação, se cabível, unidades/subunidades responsáveis e respectivos prazos parciais, os quais, no conjunto, não deverão exceder o prazo final de 14 (quatorze) meses, que inclui o prazo para elaboração e apresentação do plano de ação consolidado;

2) Comunicar que, a título de monitoramento da auditoria, o acompanhamento das providências adotadas pelas unidades auditadas, com vistas ao atendimento das recomendações, dar-se-á por meio de evidências ratificadas e informadas a esta Secretaria de Auditoria Interna pela Diretoria-Geral, em reportes, no máximo, a cada 3 (três) meses, ao passo que as sucessivas etapas forem sendo implementadas, independentemente de requisição de informação.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2022

CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA
SECRETÁRIO(A) DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente em 03/11/2022, às 17:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2735063** e o código CRC **21531DE1**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
